



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XIV

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº 239

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA-GERAL.....	6419
SEC. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	6420

TAQUIGRAFIA

11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

OBJETIVO: debater a Lei de Organização Básica (LOB) e a Lei de Promoções da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

EM: 12.12.2025

INÍCIO: 14h53min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

SR. EYDER BRASIL

SR. PEDRO FERNANDES

O SR. ADERALDO LOPES DE CARVALHO JUNIOR (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo o Requerimento nº 3381/25 de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e após aprovação em plenário, realiza-se esta Audiência Pública para debater a Lei de Organização Básica (LOB) e a Lei de Promoções da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no Facebook, no

Youtube ou pela TV Assembleia, canal 7.2, e também aos nossos participantes que estão presencialmente conosco nesta Audiência. Sejam todos muito bem-vindos.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, proponente desta Audiência Pública.

Convidamos também o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Camargo.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Eyder Brasil, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alerô.

Convido também o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ezequiel Neiva.

Convido o Coronel da Polícia Militar Regis Wellington Braguin, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Convido o Senhor Vereador Fernando Silva, da Câmara Municipal de Porto Velho.

Convido a Senhora Vereadora Sofia Andrade.

Convido também o Senhor Jesuíno Boabaid, de Presidente da Associação dos Familiares e Praças da Polícia e Bombeiros Militar de Rondônia.

Senhoras e senhores, a Mesa pode assentar-se.

Neste momento, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, fará a abertura desta Audiência Pública.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência)

- Senhor Presidente, favor registrar a presença do Deputado Luizinho Goebel.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Boa tarde a

todos. Boa tarde, gente. Agora sim.

Vou seguir o rito, vou registrar a presença de todos os deputados e demais autoridades.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater a Lei de Organização Básica (LOB) e a Lei de Promoções da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O SR. ADERALDO LOPES DE CARVALHO JUNIOR

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer

Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles

Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



(Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, convido a todos para, em pé e em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia".

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Senhoras e senhores, podem assentar-se.

Queremos agradecer a presença do Senhor Rodnei Teixeira da Silva, Presidente da UMIR (União dos Militares de Rondônia).

Agradecemos também a presença do Doutor Guilherme Erse, chefe do gabinete institucional.

Também agradecemos a presença da Senhora Geovana Barros, representante do Fórum Estadual de Mulheres e Famílias do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

Também registramos e agradecemos a presença da Associação dos Praças, ASPRAS e seu representante Sargento Ramalho, e também o Diretor Lucivaldo Fabrício.

Também agradecemos e registramos a presença do Senhor Denis Cledson Valci, representante da Associação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (ACBMRO).

E também registramos e reafirmamos a presença e participação da Deputada Estadual Dr^a Taíssa.

Senhoras e senhores, retornamos a palavra ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Estadual Alex Redano, para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência)

- Presidente, só por questão de ordem, gostaria que registrasse a presença do Deputado Jean Mendonça, por favor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Registra

a presença do Deputado Jean Mendonça. Peço para a equipe técnica do TI sempre me trazer aqui todos os deputados que estão acompanhando on-line, para eu poder dar oportunidade deles se manifestarem também.

O SR. EDEVALDO NEVES (Por videoconferência)

- Presidente, registre a presença do Deputado Edevaldo Neves.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza,

agradecer a presença do Deputado Edevaldo Neves. Obrigado, meu irmão.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência)

- Registrar presença do Deputado Luizinho Goebel.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Nobre

Deputado Luizinho Goebel também presente na audiência.

Esclarecer aqui o rito e o andamento. Eu queria fazer alguns pedidos. A grande maioria aqui, sou amigo de longa data, conheço quase todos os policiais presentes.

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência)

- Presidente, registra a presença do Deputado Nim Barroso, por favor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza,

registrada a presença do Deputado Nim Barroso.

Só respeitar, gente, o direito de fala, porque se a gente começar a gritar, a vaiar, às vezes fica difícil até entender. E falar que, o objetivo, quando eu marquei essa audiência, foi devido às preocupações que aconteceram outrora, para trazer à tona, trazer à clara, todos os itens e nós discutirmos profundamente para ver se há o consenso, se está realmente beneficiando os praças, os soldados, tenentes, coronéis. Então, que fique bem claro e bem debatido. Então, essa é a intenção, a pedido das associações.

Recebi uma visita do meu grande amigo, vereador e colega de partido, Vereador Fernando, Vereadora Sofia, o Eric, enfim, recebi várias associações e fizeram esse mesmo pedido. Então, qual é a ideia aqui? É debater ponto a ponto da lei, haja vista que a lei não está nem em tramitação mais. Então, a gente está aqui discutindo algo que não sabemos.

Mas eu acho importante discutirmos pelo menos o que foi apontado anteriormente. Tem itens que, às vezes, poucas pessoas pensando juntas não têm essa visão total de todos nós aqui, juntos, analisando, podemos ter. Então, algo que, às vezes, parece ser benéfico, quando você vai olhar com um olhar mais profundo, vê que não é tão interessante. Então, esse é o objetivo.

Eu acompanhei as polêmicas pela internet e eu tenho um pedido para fazer: de a gente se ater aqui na discussão da lei. Então, para o bom andamento da Sessão, a gente focar nisso.

Então, eu quero aqui agradecer a presença, meu amigo, ex-deputado Jesuíno Boabaid, aqui compondo a Mesa, representando as demais associações, mas falar que todas aqui terão vez, terão voz.

Minha amiga Sofia Andrade, que é Presidente da Comissão de Segurança Pública, presente aqui, à Mesa. Fernando Silva, Vereador de Porto Velho, meu colega do Partido Republicanos.

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia Coronel Braguin.

O Deputado Ezequiel Neiva e que também foi policial militar. As leis da PM (Polícia Militar) ele está sempre esmiuçando e apoiando.

Deputado Eyder Brasil, que também foi do Exército Brasileiro, aqui presente.

O Deputado Delegado Camargo, meu colega de cidade, e também com muita honra, somos do mesmo partido. Não está aqui, mas está reservado ali, ao Deputado Marcelo Cruz, que também irá participar. Gente boa, Marcelão.

Como eu sou o proponente da audiência e o Deputado Delegado Camargo é autor do Requerimento da Convocação do Comandante-Geral, eu vou primeiramente passar a palavra ao Deputado Camargo, e, depois, vamos dar andamento.

Por favor, com a palavra, o nobre Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Boa tarde, Presidente Redano, a todos os colegas deputados, vereadores, presidentes de associações aqui presentes, povo de Rondônia que nos assiste, todos os praças, policiais militares que estão on-line pelas redes sociais da Assembleia Legislativa, quero mandar um recado direto para vocês.

Hoje, nesta Audiência Pública, nós iremos romper os grilhões da perseguição, dos inquéritos policiais militares contra quem foi punido por expressar o pensamento. Fique até o fim.

Eu, como homem público, Presidente, e um parlamentar, não estou aqui para resolver qualquer problema que, eventualmente, o Comandante possa ter contra a minha pessoa. Não estou aqui para resolver isso, isso é problema dele. Estou aqui para defender uma tropa que não aguenta mais ser perseguida e que, há muito tempo, o Senhor Comandante, não representa mais.

Então, eu vou deixar a minha fala para o final, porque o mais importante é ouvir as associações. Mas, eu apenas quero fazer uma introdução de um vídeo. Prestem muita atenção nesse vídeo e vocês irão compreender o raciocínio que eu farei logo depois dele.

Pode colocar o vídeo, por favor.

(Apresentação de vídeo no telão)

Muito bem, senhores, por que eu fiz questão de reproduzir esse vídeo logo no começo? Porque algumas coisas de imediato já me chamam a atenção aqui.

Veja, as falas do Comandante dizem que esses dois projetos vão fazer justiça com a carreira da Polícia Militar. E nós iremos demonstrar, com base no artigo da lei, que, pelo contrário, aqui há nítida perseguição aos praças.

Segundo, falou que foi um estudo muito bem feito, o que também não é verdade; é uma mentira, porque há vários dispositivos na lei que contrariam a legislação federal. E eu irei mostrá-la ao final, pode ter certeza.

E, por fim, diz que estudou todos os cenários do Brasil, o que também não é verdade, porque as Leis de Organização das Polícias Militares em outros Estados são diametralmente opostas, em alguns itens, as da Polícia Militar daqui.

Mas, o mais importante, Presidente, antes de eu passar a fala: veja, em janeiro de 2025, desse ano, a Polícia Civil entregou lá para o Coronel Vital, Chefe da Sesdec, a Lei de Organização da Polícia Civil. Em junho, o Corpo de Bombeiros foi lá e também entregou a sua Lei de Organização do Corpo de Bombeiros.

Esse estudo, e aqui eu estou com os documentos, vou inclusive falar as datas precisas, minuta do Projeto de Lei sobre as promoções na Polícia Militar. Esse projeto aqui foi concluído no dia 29 de junho desse ano. Está assinado pelo Coronel Carlos Gomes. Está aqui. Lei de Promoções. A Lei de Organização, dia 07/10. Está aqui. Assinado também pelo Coronel Gomes.

A primeira reflexão que eu gostaria de deixar para os senhores é: as leis de promoções já estavam concluídas em junho o trabalho — está aqui assinado —, a outra em outubro. Vocês sabem por que veio no apagar das luzes? Sabe por que o Comandante da PM — essa conclusão que tiro de forma inevitável — resolveu entregar apenas no dia 1º de dezembro para o Coronel Vital? Para fazerem a mesma coisa que fizeram com a “manga”. Mandar de última hora, no supetão, no apagar das luzes, para ser votado de qualquer jeito.

Isso aí, eu vou falar olhando para o senhor, Comandante. O senhor traiu a sua tropa. O senhor traiu a sua tropa. O senhor poderia ter discutido. Tanto que, vou nominar também para não esquecerem, a Comissão que analisou, inicialmente, tinha até a previsão de dois tenentes-coronéis, três, a Coronel Adma, acho que ela está aqui. Mas vejam, é uma Lei de Organização e de Promoções assinada tão somente por coronéis. Não teve participação dos praças, não teve consulta.

Então, você quer saber por que isso foi entregue de última hora, no apagar das luzes? Porque achavam que iam passar de qualquer jeito e esqueceram que eu estou aqui para ler, para explicar. Tudo o que eu falei, eu irei provar com documentos. Mas vamos ouvir as associações antes, porque o melhor ficará para o final.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Fiz um alinhamento com o Deputado Delegado Camargo e quero aqui comunicar e pedir a compreensão da Mesa. Nós vamos primeiramente ouvir as associações presentes, os deputados aqui presentes, se assim concordarem, Deputado Ezequiel Neiva, Deputado Eyder Brasil, tranquilo?

Então, vamos ouvir primeiro todas as associações. Mas antes eu quero aqui registrar a presença do meu grande amigo, Vereador Santana, da Câmara Municipal de Porto Velho. Obrigado pela presença, meu irmão.

Quero aqui agradecer de forma especial, que está representando a Associação dos Oficiais PM e Bombeiros Militares do Estado de Rondônia, Tenente-Coronel PM Deivsson Bispo. O Bispo e o Eric, Sargento Eric, são as pessoas que me orientam como votar, como proceder referente às leis dos policiais militares e bombeiros militares. Já há alguns anos que eles vêm me assessorando.

Quero aqui, primeiramente, agradecer a todas as associações. Está presente aqui o Senhor Denis Cledson, representante do Corpo de Bombeiros. Obrigado, irmão. A Associação dos Praças, ASPRA, representante, meu amigo, Sargento Ramalho. Obrigado, meu irmão. O Diretor Lucivaldo Fabrício. Está presente aqui a Senhora Giovana Barros, do Fórum Estadual de Mulheres e Famílias do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Rondônia. Obrigado pela presença, obrigado. E o Senhor Valdinei Teixeira, Presidente da UMIR (União dos Militares do Estado de Rondônia).

Cerimonial, traga aqui para mim as associações presentes que vão fazer o uso da fala. E convido, neste momento, para iniciar pelas associações.

E, antes, quero aqui, gente, falar que hoje nós temos hora para iniciar, mas nós temos um compromisso às 17 horas, que é a posse do Presidente do Tribunal de Justiça. Qualquer coisa, se não terminar em tempo, está aqui o Deputado Eyder Brasil e o Deputado Ezequiel Neiva para conduzir o fechamento final, mas creio que haverá tempo. Deputado Delegado Camargo também está confirmado, não é, Deputado Camargo? Presidência do TJ (Tribunal de Justiça), não é? Você e a Larissa.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presidente, eu pretendo ir, sim. Mas eu acho que esse assunto é tão importante que, caso Vossa Excelência tenha que sair para ir na posse, eu abro mão e prefiro ficar discutindo pelos praças até meia-noite, uma hora, duas horas, até nós ouvirmos todo mundo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Qualquer coisa, eu já vou fazendo a sala lá. E depois volto para participar.

Quero fazer um pedido para os representantes das associações se dirigirem à esquerda aqui, por favor, juntamente com o Cerimonial, os representantes das associações. E convido, ele que está compondo a Mesa, ex-deputado estadual e Presidente da ASSFAPOM (Associação dos Praças e Familiares da Polícia e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia), meu amigo Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO SILVA BOABAID - Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Se você quiser usar a tribuna, irmão, fique à vontade.

O SR. JESUÍNO SILVA BOABAID - Excelência, eu peço a Vossa Excelência que possa... Aqui eu entendi que haveria um debate. Aqui estão os coronéis, alguns participaram desse projeto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vamos dar abertura para todos.

O SR. JESUÍNO SILVA BOABAID - É o seguinte: nós estamos aqui ouvindo, era para que tanto o Comandante Braguin e outros coronéis pudessem explicar qual foi o intuito deles com esses projetos, e a gente contrapor.

Por exemplo, eu trouxe aqui diversos apontamentos, vários apontamentos. Nós temos também alguns irmãos do interior que trouxeram também as suas manifestações. Então, fica algo, assim, em contrassenso, a gente partir para um embate sem ouvi-los.

Então, a gente quer entender o Projeto de Lei, seja da LOB da PM, seja o Projeto de Lei de Promoções, para depois vir e contrapor. Eu acredito que tem que...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Então, vou acatar o pedido do Jesuíno. Passarei a palavra aqui para

o nosso Comandante Braguin para esmiuçar e falar sobre a lei, e depois, eu passo para as associações, que já podem, em suas falas, deixar perguntas.

Eu tenho aqui também, gente, no meu bolso um catatau de perguntas, pois eu abri uma caixinha no Instagram. Mas podem ficar tranquilos, que eu só vou ler a pergunta, podem ficar tranquilos. Depois eu também tenho várias perguntas.

Vamos fazer essa dinâmica e, depois do Braguin, eu passo para os demais deputados e autoridades da Mesa. Com a palavra, o nosso Comandante Braguin.

Quero convidar, chegou agora, o deputado que falou que estaria aqui presente. Agradecer ao nobre Deputado Pedro Fernandes e o convido para compor a Mesa. Uma salva de palmas para o Deputado Pedro Fernandes.

Com a palavra, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, Coronel Regis Braguin.

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO - Boa tarde a todos. Meus cumprimentos. **(manifestações da galeria)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pessoal, só um pedido para a gente poder ter uma dinâmica melhor. Podem erguer faixa, tudo. Só a questão de vaia e aplausos... vamos deixar falar para poder entender. Peço essa compreensão de todos.

Obrigado. Se não atrapalha a própria audiência. Vamos fazer de forma mais organizada.

Então, com a palavra, Coronel Regis Braguin.

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano.

Cumprimentar também o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Marcelo Cruz.

O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Camargo.

O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Eyder Brasil.

E o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ezequiel Neiva.

Quero aqui manifestar o mais profundo respeito do Comando à Assembleia Legislativa e a todos os deputados.

Quero cumprimentar também o Senhor Vereador Fernando Silva; a Senhora Vereadora Sofia Andrade; e o Senhor Jesuíno Boabaid, ex-deputado Estadual e Presidente da Associação Assfapom, a quem eu também estendo os cumprimentos, em seu nome e no nome da sua esposa, a todas as demais associações aqui devidamente representadas com seus presidentes.

Bem, a gente vai fazer uma apresentação e eu acredito que nós podemos, como o Presidente falou, observar que existe um princípio que está descrito até mesmo na Bíblia, uma lei áurea da reciprocidade de tratamento: na medida que a gente quer ser tratado, a gente também oferta o tratamento. E eu sempre procuro respeitar

muito as pessoas.

Nessa mesma medida de reciprocidade, quando a comissão apresentou esses dois projetos, no primeiro momento, a Lei de Promoção, iniciamos às 14h e paramos às 20h, com a comissão apresentando para o Comandante-Geral – cada um deles apresentou todos os pontos –, para que eu me inteirasse exatamente desse projeto.

Em um segundo momento, em uma outra data, quando a LOB também foi concluída, novamente a comissão apresentou a LOB, levando o mesmo período, das 14h30 até às 20h30.

Foram duas realizações complexas. Requer bastante estudo, para fazer uma análise de espelhamento à LONPM (Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Bombeiros Militares), para que ela tenha realmente o balizamento, respeitando a legislação federal e buscando o máximo, direitos e garantias aos policiais, e na mesma medida, a modernização da Polícia Militar dentro do que a lei prescreve.

Então, para isso, eu também quero ofertar a mesma forma de tratamento. Os senhores vão ter agora a mesma qualidade de ensinamento que eu tive sobre essa lei. Eu estarei aqui convidando o Presidente da Comissão Coronel Carlos Gomes, poderá se dirigir à tribuna, fazer a apresentação. Se quiser repassar os pontos a cada coronel, conforme foi feito em nossa reunião, os coronéis também estão preparados para isso. E eu tenho certeza que terão uma excelente explicação.

Finalizando essa etapa, Senhor Presidente, quero pedir também a Vossa Excelência, dizer que nós temos, além de uma boa apresentação, nós temos também uma comissão que está fazendo o seu trabalho de uma forma séria e muito aberta.

Tanto é verdade, que no dia em que esse vídeo que o Deputado Delegado Camargo apresentou, quando foi a entrega desses dois Projetos de Leis ao Secretário, nós manifestamos, estão aqui os coronéis que podem testemunhar, a nossa apresentação ao secretário, dizendo: "Secretário, a partir de agora, a nossa comissão está apta e pronta para fazer essa grande apresentação à Casa Civil, ao Governador do Estado, posteriormente, às associações, para que haja pacificação, por fim, à Assembleia, até que o Governador tome a decisão ou não de apresentar os PLs.". Essa foram exatamente as palavras que nós proferimos.

A partir daí, por uma infelicidade, o documento rodou no WhatsApp e esse projeto mal chegou ao Governador do Estado. De modo que ele, como autoridade competente, sem o conhecimento, o Secretário, pelo que vi, sabiamente, devolveu os projetos devido a esse clamor, essa ansiedade e inquietação que gerou em parte da tropa, e isso a gente percebeu.

Então, nós estamos aqui, em tese, discutindo um nada jurídico. Mesmo assim, queremos apresentar, dizer que é um bom projeto e a comissão também está muito apta e de coração aberto para tomar nota de qualquer apontamento que venha fortalecer a estrutura, seja para fortalecer ou seja também para modificá-la. Nós não

temos nenhum problema com relação a isso.

O que estamos passando aqui é um efeito de um "abençoado" que espalha um documento que sai num canal não adequado de discussão, trazendo aqui uma animosidade. Mas, de qualquer maneira, essa animosidade aqui gerada, temos também, pelo menos, a participação da Assembleia, na iniciativa do Deputado Alex Redano, que marcou a audiência para fim de mediar, já trago esse ponto, é uma característica nata do nosso deputado Presidente da Assembleia.

E nós, assim, estávamos até prontos para participar, na medida que começam os ataques. Aí a gente pensou em modificar a nossa decisão de não comparecer. Virou uma convocação. E aí nós temos que cumprir a lei. E eu estou aqui.

Então, está nesse cenário, está nesse contexto, apresento numa tranquilidade para todos, com coração leve. Se esse Projeto de Lei não tiver que avançar, tudo bem. Se esse Projeto de Lei tiver que ser modificado, tudo bem. Se esse Projeto de Lei tiver que ser arquivado, na mesma medida está tudo bem.

Eu quero que os senhores saibam que, por mais que ainda não acreditem, mas aqui tem alguém que começou soldado e até agora é o primeiro a chegar a comandante-geral; procura lutar por essas raízes, apresentar uma boa coisa; cheio de limitações, mas com bastante vontade de acertar. E nem sempre acertamos. Talvez a divulgação ao Secretário, empolgado em trazer a boa nova, não tenha sido um efeito adequado. Responsabilidade que eu assumo com muita humildade, sem soberba, sem levantar o tom de voz. Foi assim a minha vida inteira. Apenas levantar o tom de voz contra o criminoso, aquilo que a gente é feito para fazer, nada mais do que isso. Então, eu quero aqui, Senhor Presidente, posso chamar o Coronel Carlos Gomes?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Só uma questão de ordem, Presidente. Por gentileza, uma questão de ordem. Permite?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Presidente Deputado Alex Redano, é o Deputado Cirone Deiró.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedo a questão de ordem ao Deputado Delegado Camargo, mas antes, deputado?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Deputado Cirone Deiró. Eu queria registrar minha presença, estou participando de forma remota, estou no interior.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Por videoconferência) - Presidente, Deputado Alan Queiroz também, Presidente.

Eu consegui agora entrar on-line, está bem? Eu estou aqui na região de Alvorada D'Oeste.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Alan Queiroz, Deputado Cirone. Só quero justificar aqui, os deputados têm entregas. O Deputado Alan Queiroz está fazendo entregas no interior e o Deputado Cirone Deiró também está com entregas de emendas. E é unânime no grupo - não é, Deputado Delegado Camargo, Deputado Eyder -, todos queriam estar aqui presencialmente, mas eles estão de forma remota, mesmo estando nas cidades do interior. Concedo questão de ordem ao Deputado Delegado Camargo.

A SRA. IEDA CHAVES (Por videoconferência) - Presidente, Deputada Ieda Chaves também está acompanhando remotamente.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Presença do Deputado Cássio Gois, remotamente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero aqui registrar a presença da nobre Deputada Ieda Chaves. Muito obrigado, Deputada Ieda Chaves. Tem mais um?

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Deputado Cássio Gois, por gentileza.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza. Muito obrigado, nobre Deputado Cássio Gois. Com a palavra, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presidente, só confirmar, é apresentação de alguns slides por Power Point ou alguma coisa assim? Não? É verbal? Então está bom.

Eu digo isso, Presidente, porque nós não convocamos aqui nenhum grupo de auxiliar do Comandante-Geral. Eu quero acreditar que ele leu a lei, ele mesmo falou que leu. Então, acredito que ele mesmo, que é o convocado, tem que explicar e não passar a responsabilidade para outros que fizeram.

Quem tem que explicar a lei, Presidente, eu vou pedir para o senhor indeferir esse pedido. Ele leu, e ele mesmo que explique essa questão da lei. Só para terminar, Presidente, só segurar minha palavra, essa é a primeira questão: quem tem que explicar a lei e a gente fazer o debate é o Comandante-Geral.

Eu, quando faço um Projeto de Lei, quando eu leio, quando eu me preparo para afirmar certas coisas, eu estou em condições de debater com qualquer pessoa; inclusive, toda a Lei de Organização, toda a Lei de Promoção, eu me preparei para estar aqui. E eu quero acreditar que ele leu e se preparou também. Então, nós o convocamos para ouvi-lo, enquanto Comandante-Geral, e não a seus auxiliares.

Então, Presidente, eu peço que Vossa Excelência coloque o próprio Comandante que tem conhecimento,

ele mesmo afirmou que tem conhecimento da lei, ele mesmo afirmou, quando entregou, que a lei, e repetiu agora, está de acordo com a legislação federal; e eu já trago aqui, porque acabou de divulgar uma fake news, eu vou corrigi-lo publicamente.

A lei federal, quando trata dos praças, ela fala que os praças podem ser promovidos até Tenente-Coronel. É a lei federal. Aliás, o Corpo de Bombeiros seguiu isso. O Coronel Vital abriu o Corpo de Bombeiros para os praças poderem chegar até Tenente-Coronel. É o que está na lei federal. A lei que o Capitão Braguin apresentou para o Coronel Vital, traz os praças somente até o quadro de major. Então, acabou de divulgar uma fake news, dizendo que a legislação estava de acordo; e não está. Então, vamos ouvir, por gentileza, o Comandante e não colocar o quadro de oficiais.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Camargo, deixa eu te falar. Nas outras audiências, a gente deu sempre a oportunidade para a equipe apresentar, eu não posso mudar as regras durante o jogo, entendeu?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Colocamos em votação, então, todos os colegas deputados e deputadas decidem, o plenário é soberano.

O SR. EDEVALDO NEVES (Por videoconferência) – O Deputado Edevaldo Neves, Presidente, comunga com a mesma ideia do Deputado Camargo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não é o caso, a gente não está em uma Sessão. Debater a lei é uma questão técnica.

Outra coisa, eu não vou permitir mais apartes, porque senão... Vamos seguir a dinâmica. Vamos ouvir a apresentação, ouvir todas as associações e ouvir todos os deputados. Já está aqui tudo anotado, está tudo registrado. Peço a compreensão do meu colega.

Então, passo a palavra novamente ao Braguin. Quem vai falar? Carlos Gomes, por favor, para podermos avançar. Vamos ouvir todos os presidentes de associações. Vamos ouvir todos. Já está tudo separadinho.

Gente, só um pouquinho de silêncio, por favor. Obrigado. Carlos Gomes, com a palavra, por favor.

O SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE SOUSA JUNIOR - Obrigado, Senhor Presidente da Assembleia. Cumprimento todas as autoridades aqui presentes, todos que hoje prestigiam esse momento.

Senhoras e senhores, vou tentar ser bem célere, o próprio Comandante-Geral já explanou que a apresentação que foi feita a ele foi artigo por artigo, e isso, já, quem leu, percebeu que tem mais de 200 artigos nessas duas propostas. São duas propostas complexas, sensíveis, e são uma imposição pela lei federal.

Todos os Estados do Brasil, hoje, estão trabalhando em propor uma Lei de Promoção alinhada à lei federal. E, até agora, nenhum Estado, ao longo de dois anos — lembrando que a lei federal é de 12 de dezembro de

2023 — então temos dois anos em que nenhum Estado ainda conseguiu aprovar uma lei alinhada à lei federal. E isso, nós percebemos, ao longo desses dois anos, até ações judiciais, com despromoções, vários problemas, por essa falta de alinhamento.

Então, o nosso Comandante-Geral determinou, incumbiu, junto com outros profissionais, desde o ano passado, de trabalhar em uma proposta. E fizemos esse trabalho por vários meses, várias horas de dedicação.

Então, todos esses profissionais que trabalharam foram oficiais dos mais diversos níveis. Fizemos pesquisas. Pode ser que alguém tenha participado. Mil, mais de mil pessoas puderam se manifestar em uma pesquisa que fizemos em toda a Polícia Militar. Pesquisamos, sim, todas as polícias do Brasil. Eu tenho os arquivos, todas as legislações, para avaliar se alguma polícia tem algo interessante que possa ser absorvido, alguma boa prática para trazer para o nosso Estado; e não copiar outra polícia.

A nossa legislação proposta está, sim, alinhada à lei federal, lá tem vários dispositivos. O que o senhor citou, o deputado citou, sobre a questão de ir até a Tenente-Coronel, de fato, está na lei federal. Cada Estado pode regular e o quadro de oficiais especialistas - nova nomenclatura dada pela lei federal -, ele pode ir até Tenente-Coronel. E não tem nada escrito contrário a isso na nossa. Se puder mostrar, eu até agradeço.

Então, senhoras e senhores, Lei de Promoção. A nossa Constituição do Estado de Rondônia já traz a necessidade de ter uma norma única de promoção, e nunca tivemos. Temos um Decreto-Lei de Promoção de Oficiais, temos um Decreto de Praças, tem outras leis dispersas, e buscamos unir tudo em uma só, absorver tudo que fala de promoção e propor em uma única lei que atenda oficiais e praças.

Então, a nossa missão inicial foi essa, a linha, está no documento, alinhar a Lei 14.751, que é a Lei Orgânica Nacional das Polícias e Bombeiros Militares, e também buscar modernizar a nossa corporação. Sobre promoção, o maior embate era criar os critérios de merecimento, haja vista que foi uma imposição da lei nacional de que todas as promoções, todas as graduações, tenham os dois critérios, antiguidade e merecimento. Temos cursos recém-concluídos na nossa corporação em que não se aplicou esse critério. Isso poderia gerar demanda judicial, é um exemplo, como gerou em outros Estados. Então, esse era o nosso maior embate.

No segundo momento, era absorver tudo o que tem previsto aqui em Rondônia, Lei de Promoção por Tempo de Serviço, a Lei do Curso de Formação de Sargentos, analisar uma por uma, absorver e ter uma norma única. E isso foi realizado. Então, isso é a Lei de Promoções. Lá tem promoção por preterição, promoção por bravura, todas as promoções atualmente previstas na corporação. A outra missão é a Lei de Organização Básica. Essa, conversa sobre estrutura, os órgãos que compõem a corporação. Então, essa foi também uma missão dada pelo Comando da instituição para propormos uma estrutura moderna à corporação. E quem leu percebeu

que ali foram propostas várias novas estruturas, desde diretorias até companhias independentes. Várias.

E, naturalmente, se eu crio uma estrutura, eu tenho que ter o comandante dela; e, junto com o comandante, eu preciso de vários policiais, soldados, cabos, sargentos. Então, isso é uma lógica básica. Por isso que se torna até falácia quando alguém fala que não tem a possibilidade de nenhuma vaga para sargentos. Então, vai se criar uma unidade apenas com o comandante. Isso não existe. Então, ali é uma proposta de estrutura, novas unidades de vários tipos.

E, diferente do que temos na LOB atual, a nossa de 2018, e as anteriores também, em que não se falava quem era o comandante, apenas colocamos ali quem é o comandante. Então, atualmente, eu sou Coordenador de Ensino. Então, apenas colocou lá que a Coordenadoria de Ensino é conduzida por um coronel, assim como um Batalhão é conduzido por um tenente-coronel. Temos comandantes de Batalhão aqui. Então, se lá surgiu um novo Batalhão, está escrito que esse novo batalhão será comandado por um tenente-coronel. Foi apenas para colocar o óbvio já na lei. Esta lei irá se desdobrar em uma futura lei que fixa o efetivo.

Propomos também, temos ideia de ter uma norma que traga regras para se chegar a esse efetivo. Atualmente não temos. A Polícia Militar tem uma previsão de 8 mil e poucos policiais, mas não temos um cálculo matemático, uma fórmula de como chegar nisso.

Então, estamos propondo ter uma fórmula legal. Como é que você calcula isso? Pelo IBGE? Por população? Por território? Por faculdades? Então, estamos pensando em propor uma norma que possa ter uma fórmula e se chegar ao número necessário de efetivo. E estamos trabalhando nisso. É uma missão também nos dada. Tem policiais empenhados nessa missão.

É um trabalho muito árduo. E o número, com certeza, proposto aumenta consideravelmente. Mas o Comandante também foi feliz em falar que tudo isso é proposta, é construção, quem decide se vai ou não vai é o Governador do Estado. Quem decide se vai mudar alguma coisa, alterar, tem que ser o Governador e toda a equipe que o assessora.

Por isso a Polícia Militar fez sua parte. Enquanto Comissão, entregamos os trabalhos e, desde quando entregamos, nos colocamos à disposição do Comando. Para onde ele quiser, nós estaremos prontos para apresentar. O Comandante já me ligou certa vez e eu rapidamente cheguei até o local e apresentei. Todos estão aptos a apresentar.

Foi entregue ao nosso Secretário de Segurança Pública e também disponível a ele a apresentação, caso quisesse. O Comandante nos avisou que tinha a intenção, como ele falou aqui, de passar na Assembleia, no próprio Governador, na Casa Militar, na Casa Civil, até pelo interior também explanando sobre essas normas. Agora chega uma fase de construção que tem um aspecto mais político, até chegar na mão do Governador. E ele pode entender que não é interessante, que não é oportuno essas normas tramitem. Então, é esse o cenário que

nós temos.

É uma Lei de Promoção para alinhar à legislação federal, aos critérios de promoção por merecimento e, principalmente, a antiguidade, e de uma lei que traz uma nova estrutura, uma proposta de estrutura à corporação, mais robusta, bem maior. É só abrirem e contabilizar quantas novas estruturas foram propostas. Depois, cada um fazer o seu cálculo matemático e chegar às suas conclusões.

Estamos disponíveis para explicar artigo por artigo, qualquer dúvida e sanar qualquer pergunta que surja. Não sei se o nosso Coronel Campos e o Coronel Carvalho, Sepog, e o Comandante de Vilhena se querem explicar algum detalhe a mais dessas duas normas. Acho que seria interessante.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de ordem, Presidente.

Já que o Comandante falou, peço para a Vossa Excelência rapidamente uma questão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Rapidamente.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presidente, com todo respeito, se Vossa Excelência quiser ficar ouvindo a equipe, que eles façam as inscrições, como as demais associações, e falem ao final.

Eu quero acreditar que o Comandante leu a lei. E vou fazer uma pergunta. Eu gostaria de ouvir da própria boca dele. O que o Coronel Carlos Gomes falou, que é o Governador que vai decidir. Não. Não é o Governador que vai decidir. Quem decide é esta Casa: o que vai alterar e o que não vai alterar.

O SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE SOUSA JÚNIOR – Enviar.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Ok, enviar, sim. O senhor falou decidir.

Segundo. Eu gostaria de falar com o Coronel Braguin, novamente, porque acho que, na fala dele, “uma infelicidade esse projeto cair em um grupo de WhatsApp”. Bom, acho que as coisas não são infelizes quando todo mundo fica sabendo, principalmente daquilo que reflete diretamente na vida de vocês: salário, família.

Então, não tem nada de infeliz. Pelo contrário, para mim foi uma felicidade isso ter aparecido, porque, se apareceu, é por isso que a gente está aqui. Se não, iria chegar de última hora, que nem a “manga”.

E, para finalizar, gostaria de fazer uma pergunta direto para o Coronel Braguin. Braguin, você leu a lei? Você leu? Passe para ele. Só me diga se ele leu.

Se ele não leu, e se ele não consegue explicar a lei que ele apresentou, eu não vejo motivo algum aqui. Então, por gentileza, gostaria de fazer uma pergunta para o Braguin se ele leu a lei, se ele tem condições de explicar. Só isso. Por favor, Braguin, o senhor pode me responder?

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO

– Li, deputado, com certeza.

A primeira palavra sua hoje contra mim foi “traição”. “Traiu”. Então, assim, não vou entrar nesse jogo, deputado. É interpretação sua. A interpretação sua, igual o Presidente, também penso diferente. Eu não acho. Uma lei difícil tem que ser bem explicada. Você entendeu dessa forma, eu entendo diferente. Eu vou com a comissão, está aqui.

Se não for assim, a gente não tem condições. **(manifestações da galeria)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pessoal, sem manifestações, por favor. Quero aqui limitar o tempo. Tem mais alguém? Já quero passar para as associações.

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO – Melhor, Presidente, melhor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero convidar aqui Sargento Denis, da Associação do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia, por favor.

Eu quero registrar a presença da Associação das Esposas Pensionistas e Familiares de Rondônia e Ex-Território - ASSESFAN, está presente aqui.

A Senhora Giovana Barros, representante do Fórum Estadual de Mulheres e Família do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Rondônia, está ali. Obrigado pela presença.

Registro também a presença da Associação de Praças – ASPRA, representada pelo Sargento Ramalho e meu amigo Lucivaldo; do Senhor Denis Cledson Valci, da Associação de Corpo de Bombeiros; do Senhor Valdinei Teixeira, Presidente da UMIR (União dos Militares do Estado de Rondônia); o Bispo.

Quero aqui registrar a presença do meu amigo Marcelo, grande Marcelo, que contribui muito no governo nosso querido Daniel.

E, de forma especial, registrar a presença do meu filho, Guilherme Redano, que fez questão de vir de Ariquemes para acompanhar de perto. Está naquela fase apaixonada por política e falou: “Pai, eu quero assistir a essa audiência”. Guilherme Redano, Presidente do Republicanos Jovem.

Com a palavra, Senhor Sargento Denis.

O SR. DENIS CLEDSON VALCI - Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde, Senhor Presidente. Quero agradecer...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Desculpe um aparte. Para a gente ter uma dinâmica, eu acho que sete minutos seja um tempo razoável para todos. Pode ser?

Está bom, sete minutos. Com a palavra, por favor.

O SR. DENIS CLEDSON VALCI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Quero agradecer à sua pessoa pelo fato de ter visto a necessidade e convocado esta Audiência Pública, que é

muito salutar para o momento. Agradecer a presença de cada um.

Cumprimento o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Coronel Braguin. Cumprimento cada deputado, na pessoa do Presidente da Casa.

Falarei um pouquinho da LOB. No caso, como represento a Associação do Corpo de Bombeiros, a LOB é específica para a Corporação Bombeiro Militar, nela eu não vou me ater.

Vou falar rapidamente de alguns pontos, principalmente dos critérios que foram colocados na Lei de Promoção, analisando de forma muito rápida, conseguimos identificar que os critérios, que são chamados de objetivos, eles não são tão objetivos assim. Embora de forma muito simplória, se for analisado, é, sim, objetivo. Mas, como na vida de todo militar, nada é simples, tudo é muito complicado, sempre tem umas dificuldades que a gente vai encontrar pelo caminho, aquela pedra no caminho todo militar encontra e ela não é pequena. E na vida do praça, principalmente.

Quero dizer também que eu tenho uma filha de seis anos e eu fui com ela ao shopping, a mãe dela estava em outro local, eu a deixei com a mãe dela e rapidinho, vai dar tempo dentro dos sete minutos, e a mãe dela mandou um "whats" para mim e falou: "Compre um sorvete para a minha filha, para a Débora." Eu, perfeito, fui lá, não tinha perguntado o sabor, falei: "vou comprar de chocolate.". Todo mundo gosta de chocolate, comprei de chocolate. Quando cheguei lá com sorvete para a minha filha, ela não gostava de chocolate.

E o que eu quero dizer com isso? Essa lei trata da vida dos praças policiais militares, quanto aos oficiais militares, perfeito, a gente não quer aqui, pelo menos a minha pessoa, não vai aqui pontuar em cima do que foi decidido para a vida dos oficiais policiais e bombeiros militares, porque a comissão foi formada exatamente por oficiais militares. Eu acredito que vocês chegaram no que é melhor para a carreira de cada um dos senhores e parabéns por isso, tem meu respeito, sempre tiveram e permanecerão tendo.

Mas, eu poderia ter perguntado qual sorvete, qual sabor minha filha queria. E ela estava ali tão próxima, um "whats" de volta ali resolveria o problema. Um "whats" de volta, uma mensagem ali, duas palavras resolveriam o problema. Eu saberia o sabor que ela queria. E, da mesma forma, eu acredito que essa lei poderia ter passado aqui por um... colocado praças.

Agora, de forma muito inteligente, o Secretário pediu o retorno da legislação para que fosse formada uma comissão com praças e oficiais para que, agora sim, debatesse a lei. E quanto aos critérios, são 12 critérios. Desses 12 critérios, alguns, pelo menos sete, são dados como realmente objetivos. Dois são mistos e três são subjetivos, não tem para onde correr, são subjetivos. O exemplo é o primeiro.

O critério dois fala do aproveitamento em curso de interesse da corporação. Perfeito. Critério objetivo. Basta ter participado de curso de interesse da corporação. Agora, quem vai para curso de interesse da corporação?

Por acaso é o militar, é o policial que está todos os dias em uma RP (rádio patrulha)? Por acaso é o bombeiro militar que está todos os dias saindo da unidade, indo apagar incêndio? Quem vai para esse curso de interesse da corporação?

O critério 3, aptidão física. Perfeito, objetivo, aptidão física. Mas vários policiais e bombeiros militares não podem realizar atividades físicas pelo serviço operacional. E eles ficam impedidos e aqui serão prejudicados.

Outro critério é medalhas. Perfeito, critério objetivo, medalhas. Basta ter medalhas. Agora, quem receberá medalhas?

Um exemplo: a dois anos atrás, o Corpo de Bombeiros realizou uma cerimônia para entrega de medalhas e chamou bombeiros militares do Estado inteiro. Fez a cerimônia no Palácio das Artes, em Porto Velho, e foi um evento muito bonito, por sinal. No entanto, para o Primeiro Grupamento de Bombeiros, com 187 homens, foram disponibilizadas a eles 10 medalhas, para que fossem distribuídas entre os 187 homens. Já outras sessões, com 10 homens, foram disponibilizadas 10 medalhas. Outras sessões, com 5 homens, foram disponibilizadas 3 medalhas e assim por diante.

Então, é um critério injusto. Injusto. Não é um critério objetivo. Embora, se for olhado de forma simplória, é objetivo. Basta ter medalhas. Quem receberá essas medalhas? Quem vai receber? Existem vários policiais e bombeiros militares com 20 anos, 25 anos, 22 anos e não tem medalha, a não ser a de tempo de serviço. E, ainda assim, ele tem que correr atrás, tem que solicitar, tem que requerer. Ele, com 20 anos de serviço, tem que correr atrás de medalha de 10, de 15.

Desempenho em curso, titulação de pós-graduação. Mais uma vez aqui, quantos policiais e bombeiros militares que, no seu tempo, conseguem disponibilidade para se dedicar e fazer um curso de pós-graduação ou um curso de graduação para poder ir atrás de um curso de pós-graduação? Também não é um critério justo. Também não é um critério justo.

Vários dos nossos policiais bombeiros são daquela época que o ensino exigido para entrar na Corporação era o Ensino Médio. Hoje a lei é o ensino superior, mas nós estamos tratando de uma tropa em que foi exigido apenas o ensino médio para que aqui pudesse estar; então é um critério também injusto.

Meu tempo está vencendo e eu não vou conseguir tratar aqui de muita coisa, mas acredito que meus colegas vão conseguir falar de várias outras que serão muito bem debatidas nesta Casa.

Aproveitar a oportunidade e agradecer ao Deputado Camargo. E falar que nesta Casa, não é simplesmente a lei chegar aqui e simplesmente cumprir uma tabela. "Ah, tem que passar na Assembleia". Simplesmente chega aqui e passa na Assembleia. Aqui é o local realmente para se fazer o que está acontecendo aqui hoje, para que nós possamos debater, para que nós possamos falar, para que nós possamos dizer aqui onde é que está doendo.

Então, acredito que esse momento é um momento de

extrema importância para as corporações, um momento de extrema importância para a polícia e para o bombeiro militar.

Agradeço, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito bom, muito bom.

O Sargento Denis foi muito feliz na sua colocação, e o que o Sargento Denis falou foi o que nos motivou a marcar essa audiência, realmente para trazer às claras, discutirmos ponto a ponto da lei. Parabéns.

Eu só queria pedir uma gentileza, gente: eu não vou permitir apartes para não interromper o raciocínio. Então vamos deixar todo mundo falar, e, depois, no final, aí sim, a gente vai ter a discussão mais acalorada.

Quero convidar o Sargento Ramalho, da Associação dos Praças da Polícia Militar.

Já coloquei uma função aqui, Deputado Eyder está cronometrando.

O SR. SILVIO LUIZ RODRIGUES RAMALHO - Boa tarde a todos. Muito obrigado pela consideração, pelo respeito dos amigos aqui presentes. Obrigado aos deputados que estão presentes. Em nome do Deputado Alex Redano, quero parabenizar o trabalho de todos os deputados que estão aqui on-line, também, ouvindo e participando desta Audiência Pública.

Quero agradecer também a presença do Comandante-Geral, e, em nome dele, o de todos os comandantes que estão aqui, do interior e do Estado de Rondônia; que nós possamos, dentro desta Audiência Pública, chegar a um entendimento.

Eu acredito que este é um assunto que, como já faço parte há muito tempo da associação, é um assunto que a gente não consegue resolver em uma tarde, certo? Então, é um assunto bem complexo.

Nós fizemos uma análise em cima do que nós recebemos, principalmente com respeito à questão da Lei da Promoção. Então, após uma análise que nós fizemos, o art. 9º, que fala sobre critérios de merecimento; o art. 24º, proporcionalidade, antiguidade, versos de merecimento; art. 43º, interstício dos praças; art. 30º até o art. 32º, promoção por tempo de serviço; art. 10º, notas quadrimestrais padronizadas.

Nós observamos que nós precisamos fazer melhoria e nós viemos aqui não só para tentar corrigir e criticar o que foi feito, mas trazer soluções que possam ser usadas para melhorar nossas condições, principalmente de quem está na linha de frente, que são os praças.

Uma primeira melhoria que nós podemos ver é o ajuste do interstício dos praças para modelo escalonado. O que hoje nós estamos observando, o art. 43, diante dessa lei, fixa em interstício único de cinco anos para todas as graduações de praças, de cabo a subtenente.

Nós que somos mais antigos aqui, se eu for estipular de cinco em cinco anos para eu ser promovido, já vai fugir do critério passado. O policial para chegar a subtenente, igual eu cheguei, tive que pedir promoção e reserva porque eu pagava um posto acima, senão eu

não chegaria.

Então, nessas condições aqui, o cara vai chegar como subtenente com 50 anos de idade, se chegar, porque vai criar aí um engarrafamento na tropa, horrível. Nós já viemos com esse prejuízo lá de trás. O nosso objetivo maior é dar uma condição melhor para o policial chegar a uma reserva remunerada, vivendo com qualidade de vida.

Se nós seguirmos esse padrão que foi colocado aqui, sem reunir as associações —, porque eu acredito assim, o maior erro que houve foi atropelar o processo e colocar na ordem cronológica, as associações em último plano; porque nós viríamos trabalhando juntos aí desde o princípio. Se essa ideia — o Comandante-Geral falou que foi passado para uma análise e dali o projeto voou — se nós tivéssemos participado desde o princípio, eu acredito que nós não estaríamos aqui hoje à tarde discutindo uma Audiência Pública sobre a questão dessa promoção.

Então, eu só peço que, de agora em diante, nós possamos nos reunir como policiais, profissionais, pais de família, e tratar o policial, o praça, como a gente merece ser tratado.

Eu tenho 50 anos de idade. Quando eu entrei na Polícia Militar, o policial se aposentava com 43, 44 anos. Eu ainda estou indo com 50, mas tem amigo nosso que vai com 55 para 60. Se nós continuarmos com esse desprestígio para a parte que se trata hoje de praça. Eu vou usar a fala do Denis, se os nossos amigos oficiais que se reuniram identificaram na LOB, não vou nem entrar nesse mérito da LOB, vou entrar direto na Lei de Promoções, que se está bom para os oficiais, para mim eu nem discuto. Mas eu peço que os praças sejam incluídos e, de preferência, um cabo, um sargento e um subtenente, para nós trabalharmos de forma consciente, equitativa, deliberar de forma justa o que é melhor para nós.

E, continuando um pouquinho aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Só para falar que tem tempo ainda.

O SR. SILVIO LUIZ RODRIGUES RAMALHO – Eu sei.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passou quatro minutos só.

O SR. SILVIO LUIZ RODRIGUES RAMALHO – Aumentar peso, aumenta. Essa lei aqui, essa parte aqui do artigo, qual o problema dele? Esse modelo, como nós já falamos, engessa a tropa. Um cabo, de 3º sargento para subtenente, ele vai passar no mínimo 25 anos, ignorando o tempo de serviço de mérito ou desempenho. Ela engessa o fluxo da promoção e cria defasagem entre praças e oficiais.

Hoje, eu vi o questionamento do nosso grupo da Aspra: "Por que o coronel, quando vai para a reserva, recebe 20% a mais? Por que o coronel é isso? Por que é

aquilo?" Aí eu peguei e relatei da seguinte forma: vamos esquecer a parte de coronel e vamos nos preocupar com a nossa parte de praça, que é o que me interessa. Como foi tratado na lei que já está beneficiando os oficiais, nós precisamos ir lá para tratar na lei o que beneficia os praças.

E isso, dentro de uma junção de pensamento, nós vamos chegar a um denominador comum. Hoje, o que me interessa é o bem-estar da minha família, eu ir para uma reserva remunerada com a satisfação do dever cumprido e com a remuneração satisfatória.

Então, no mais, eu agradeço a presença. Eu acredito que tem muitos amigos nossos que vão falar, eu sei que esse momento não acaba aqui e vamos estar reunidos entre associações para chegar ao denominador comum que atenda a necessidade dos praças. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala Sargento Ramalho.

Quero também agradecer a equipe aqui "Política para Todos", que está aqui presente. Em nome do nosso querido amigo Igor, cumprimentar todos os representantes aqui acompanhando. Falar que a gente está com recorde de público on-line, milhares de pessoas assistindo ao vivo. Convido, neste momento, para uso da fala, Sargento J. Carlos, Centro Recreativo e Assistencial dos Policiais Militares e Bombeiros Militares de Ji-Paraná, Crapomji. Salva de palmas.

O SR. JOSIVALDO CARLOS DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Eu quero agradecer ao Presidente da Casa de Leis, o Deputado Alex Redano, assim como os demais deputados, vereador, vereadora e ao Comandante-Geral Coronel Braguin.

Somos a Crapomji, o Centro Recreativo e Assistencial dos Policiais e Bombeiros Militares de Ji-Paraná. Somos do interior. Eu creio que só a Crapomji que compareceu aqui do interior. Fomos chamados para esse momento que é de extrema importância para o policial e o bombeiro militar, a questão que está sendo avaliada na nossa carreira, pois ela é o que vai nos promover na frente, dar dignidade à nossa família, porque o policial militar e o bombeiro militar, o único meio que tem de valorização é na hora da sua promoção que vem um aumento salarial. É o meio que o policial e o bombeiro têm.

E, do jeito que foi feito, apesar que foi retornado para ser discutido de novo, a Lei de Promoções, que eu vou visar mais aqui, do jeito que foi feita, prejudica o praça, na sua maioria. Por quê? Porque o praça, hoje, o interstício é mínimo. Tem o interstício de três anos, sendo que quem está com o interstício normal, para você chegar a subtenente, não chega, porque o quadro é pequeno. O praça só tem direito a chegar ao próximo quadro quando desocupa. São todos, a maioria, de um concurso só. E não abre espaço para o companheiro, o companheiro não vai, e vai ficando aquele salário defasado. A única maneira de ele poder estar tendo um ganho profissional é na hora da promoção. E do jeito que foi, na questão do

artigo 24, que fala sobre a quantidade de merecimento e antiguidade.

A Polícia Militar, a base é hierarquia e disciplina. Hierarquia é o quê? Antiguidade. Antiguidade é o que lhe dá direito a você crescer dentro da carreira. E, no caso que colocaram nessa nova Lei de Promoções, exemplo, de 1º sargento a subtenente, cinco para o merecimento na avaliação dos comandantes e um por antiguidade.

A hierarquia aí não vai existir mais. Por quê? Porque o praça, se for feita uma audiência e perguntar o que eles preferem, merecimento ou antiguidade dentro da carreira da graduação dos praças, todos, a maioria vai falar antiguidade. Por quê? Porque antiguidade é posto. É na hora que, quando você começa a fazer um curso, o que eles definem lá quando você está fazendo o CFB (Curso de Formação de Cabos)? "Estude para tirar nota, porque é daí em diante que você vai crescer."

Eu creio que, no oficial, é do mesmo jeito. A pessoa tem que estudar, tirar nota, se qualificar bem e ir crescendo dentro da corporação.

Existe também alguns outros artigos, e o principal artigo que eu penso é esse. Porquê? Por que não deixa o curso mesmo? Quando for fazer um CFS (Curso de Formação de Sargentos), estudou, vai graduando.

A nova lei geral federal que foi criada, estabelece que tem que existir o merecimento. Que o merecimento seja o menor e a antiguidade seja o maior para que a gente possa se promover. A valorização da tropa, da família policial militar, não só dos praças, mas também dos oficiais.

Artigo 18. O artigo 18 fala sobre a disponibilidade para o serviço operacional, no qual foi criado aqui o ponto para o praça poder somar pontos para ter a avaliação. E no artigo 18 fala que a disponibilidade para o serviço operacional dá direito a dois pontos. Se você tiver até 180 dias trabalhado, você tem direito a dois pontos.

Mas, e aquele operacional do RP que trabalha, vai em uma ocorrência, se acidenta, fica impossibilitado, pega um atestado, automaticamente cortou os dois pontos dele.

E esses dois pontos servem para quê? Para o merecimento, do jeito que for, porque ele vai diminuir a vantagem do ponto do colega que não se envolveu em nenhum acidente; ou que trabalha também em um outro órgão, em outra secretaria, que não sofre, que só vai lá, tira o serviço e volta. Já os operacionais que estão na rua, pulando o muro, correndo atrás, efetuando troca de tiro, podem se envolver em um acidente e vão ficar impossibilitados de somar esses dois pontos na avaliação dessa nova Lei de Promoções.

O artigo 24 que fala sobre o critério de promoções de antiguidade e merecimento, que eu já falei. E há o artigo 28, que trata das promoções por ato de bravura. O praça, pelo que deu para entender aqui, vai até subtenente, como é hoje. Porém, um CHOA (Curso de Habilitação de Oficiais de Administração), por exemplo, para ser promovido a subtenente, mesmo se o subtenente, em um ato de bravura, socorrer alguém e for comprovado que é um ato de bravura, não vai poder ser promovido

a subtenente. Ele terá direito só à medalha, porque não vai poder ser promovido.

Hoje em dia, se você faz o ato de bravura, pode ser promovido a segundo-tenente. É promovido, depois ele está exercendo a função de segundo-tenente e, faz um CHOA para se aperfeiçoar. E, nessa nova lei, não. Chegou a subtenente, ato de bravura, só a medalha, que vai para a ficha. Não tem mais direito a essa lei de promoções.

A mesma coisa é na questão de antiguidade e do interstício. Apesar de ser difícil, quando o praça chega a subtenente, se ele tiver hoje um interstício de três anos, se pedir reserva, pode ser promovido a segundo-tenente. Se paga uma função acima, vai como primeiro-tenente.

O SR. EYDER BRASIL - Para concluir, irmão.

O SR. JOSIVALDO CARLOS DE OLIVEIRA - Não dá para falar tudo o que eu tinha que falar, mas eu agradeço a oportunidade. Agradeço também, porque isso vai ser discutido entre oficiais e praças, e chamar as associações e do interior, como as associações de Cacoal, de Vilhena, Ji-Paraná, para estarem presentes. Agradeço a oportunidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelas palavras.

Quero registrar aqui a presença do Vereador Marcos Combate, de Porto Velho, que é meu amigo. Quero agradecer a presença e parabenizá-lo pelo ótimo trabalho na Câmara de Vereadores. Ficou sorridente. E também aqui presente o Vereador Santana. Obrigado. Quero convidar agora o Senhor Valdinei Teixeira, Presidente da União dos Militares do Estado de Rondônia - UMIR.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presidente, enquanto o próximo orador se direciona à tribuna, gostaria de fazer um chamado àqueles que nos acompanham. Você que nos acompanha hoje, como disse o Presidente, nós divulgamos na internet, nas redes sociais, e temos mais de mil pessoas acompanhando, um recorde de acesso ao site da Assembleia nesta Audiência Pública. Eu gostaria de pedir que você permanecesse até o final, porque, muito embora nós tenhamos discutido aqui a Lei de Promoções, a Lei de Organização Básica da PM, há pontos importantes que nós também iremos abordar. Você que está aí, por exemplo, em Vilhena, há algo importante que você tem que saber, uma cidade de aproximadamente 105 mil habitantes. Hoje, temos apenas nove policiais na rua para fazer o policiamento de toda a cidade. Ariquemes, minha amada cidade de Ariquemes, quatro viaturas com dois policiais, então vai praticamente apenas oito pessoas. Vamos lá, Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste, pessoal de Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste, nesse momento uma viatura com dois policiais dentro do carro para fazer a guarnição de toda a cidade.

Você de Cacoal, também de duas a três viaturas com dois ou três policiais, dependendo se a guarnição do tipo A, B ou C. Então, quero dizer para você que haverá pontos importantes que serão tratados aqui. Eu gostaria que você ficasse até o final, porque isso irá refletir diretamente na segurança pública de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Valdinei Teixeira, com a palavra, por favor.

O SR. VALDINEI TEIXEIRA DA SILVA - Boa tarde a todos. Quero externar aqui meus agradecimentos sinceros ao Presidente Alex Redano pela sensibilidade em atender um clamor social dos nossos policiais, bombeiros militares, especialmente os nossos policiais. Obrigado ao Deputado Camargo, obrigado à presença de cada um dos senhores que estão aqui, nos acompanhando presencialmente e pela internet. Muito obrigado pelo espaço.

Eu começo aqui falando de uma maneira bem tranquila, e, externo aqui, mais uma vez, meu profundo respeito à Corporação a qual eu sirvo com tanta lealdade e amor. Externo também meus sinceros reconhecimentos e respeito ao Coronel Braguin, Comandante-Geral, aos outros oficiais aqui, especialmente aos nossos praças, que, em razão de um tema tão sensível e tão delicado, estão hoje abdicando do seu Derso (Diária Especial de Reforço do Serviço Operacional), do seu "bico", ilegal ou legal, mas estamos aqui tentando compreender o que aconteceu com essas minutas que foram vazadas, de acordo com o próprio Coronel Braguin.

E a gente até agora não sabe se o que nós estamos discutindo aqui, realmente, são os documentos elaborados pela equipe, que eu compreendo, já tive a oportunidade de fazer cursos com os coronéis que aqui estão, e sei da capacidade técnica de cada um deles, mas a minha preocupação aqui ainda é quanto à transparência.

O Coronel Braguin disse que, com uma infelicidade, o documento vazou. Nós, a UMIR, tentamos diversas vezes, através do diálogo, eu prezo pelo diálogo em tudo que eu faço. Tentamos o diálogo com todos os comandantes da Polícia Militar. Tentamos acesso ao Coronel Braguin. Nunca conseguimos acesso a quem decide aqui. Inclusive, a Coronel Ossuci é testemunha disso. O último Ofício que a UMIR fez, solicitando informação, pedindo acesso, a confirmação se realmente existiam essa LOB, essa minuta de lei de promoção, foi 4 de novembro. E até hoje não recebemos resposta da PM.

Não minto, eu tenho provas.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Esconderam como esconderam a "manga".

O SR. VALDINEI TEIXEIRA DA SILVA - Não responderam.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Esconderam

como fizeram com a “manga”.

O SR. VALDINEI TEIXEIRA DA SILVA - Exato. Quando o coronel divulgou o vídeo que tinha enviado à Sesdec as minutas, fizemos solicitação ao Coronel Vital, por telefone, conversamos com ele, pedimos através de Ofício e também foi silente. Soubemos que foi devolvido à Corporação e ficamos muito agradecidos por quê? Houve ali a possibilidade de haver um debate. Porque é muito cômodo eu, na minha casa, administrar e dizer como que deve ser cada coisa aqui em casa, se eu não vou dar a mínima para quem está abaixo de mim.

Eu reitero meu respeito ao senhor Coronel Braguin. Só que eu acho que o senhor foi infeliz em dizer que houve participação. Eu não fiquei sabendo de nenhuma participação com relação a nenhuma dessas LOBs. Me corrija se estiver errado, por favor, pode apontar. O que eu soube de participação foi com relação ao comprimento do cabelo das “Fem”, ao cavanhaque dos masculinos.

Agora, em questões importantes não fomos oportunizados, pelo contrário, tornou-se um sigilo total. E agora sabemos o porquê, pelo menos eu espero que essas minutas sejam as que foram criadas pelo Comando-Geral. Por quê? É ela que acaba com a possibilidade de uma progressão para os praças. Por que acaba? Porque cria-se aqui a estrutura de comando. Está certo, não entramos nesse mérito, só que fica à discricionariedade do comandante-geral, mediante critérios socioeconômicos, ambientais e os demais que estão ali elencados, para organizar o quadro organizacional da PM.

Eu não consigo compreender uma lei tão importante que trata ali de uma formação, de estruturação, organização das 26 funções de coronéis da PM. Está tudo certo? Ok. E por que não trata também de equalizar, nessa lei, a função e a graduação do praças? Por que não deixa ali, claro, estipulado o número mínimo, proporcionalmente? Hoje nós temos na nossa legislação 16 coronéis e 130 subtenentes. Proporcionalmente, é um coronel para cada 8, 123 subtenentes da PM/RO. Então, se vai criar função para 26 coronéis, estabeleça na mesma proporção os 220 subtenentes. Crie essa condição mínima para a gente.

Eu volto e peço licença a todos os presentes e quem nos acompanha. Preciso voltar, sim. A “manga” está entalada na nossa garganta. Nós fomos sacaneados.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu avisei, hein? Eu avisei. Eu avisei.

O SR. VALDINEI TEIXEIRA DA SILVA – Nós sabemos, Deputado Camargo, e agradecemos ao senhor. Teve muita praça que veio para o CPA pedir, “Sanciona, governador”. Olha o resultado. Olha o resultado hoje. Não temos dinheiro para pagar nossas contas. E o que eu quero dizer aqui, é que nós não podemos aceitar mais uma facada nas nossas costas. Eu sei.

Eu compreendo que a equipe técnica teve um maior esmero em fazer uma lei que modernizasse a nossa Corporação. Só que ele esqueceu do principal. Ele esqueceu do humano que está vestindo essas fardas

e defendendo a sociedade. E isso não pode continuar assim. Há, sim, a necessidade da participação popular, a participação dos praças.

Quando o coronel fala que foi consultado e que a lei beneficia a gente, não consigo perceber isso. Por quê? Cria a possibilidade de nós, praças, não sermos promovidos sequer a primeiro-sargento. Por que isso? Porque cria, como foi falado aqui, os critérios para promoção: um por antiguidade, cinco por merecimento. Critérios totalmente subjetivos, que ficam sim, ao comando de quem vai avaliar. Critérios que não são universais, objetivos, e que possam avaliar.

O soldado que trabalha no Comando-Geral não vai ser bem avaliado, não vai ser avaliado igual ao soldado que trabalha lá, na última localidade do Estado. Isso cria mais disparidade entre a tropa. Isso cria um desânimo total, porque, com o passar do tempo, precisa-se, nessa LOB aqui, substituir o policial que está aqui, pelo “soldado universal”.

Por quê? É um soldado exemplar, 100%; está “pronto para”, “em condições de”, que não adoecer; porque, se você passar oito meses ferido, em recuperação, você está fora do quadro de acesso.

Se, durante o processamento da sua promoção, depois de passar por todo esse período, de não ter afastamento por oito meses, um ano, e você estiver no processamento da sua promoção... O que é isso? É o período que foi estabelecido o quadro de acesso e vai ser definido quem vai ser promovido. Se, nesse intervalo, você receber uma sindicância, como eu recebi agora — vou ser ouvido na segunda-feira — arbitrariamente, porque visitei um quartel em Guajará-Mirim.

Isso é uma perseguição clara à atuação nossa, da associação. Isso não pode continuar existindo. Tentaram nos calar e eu não vou permitir que isso continue.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu vou dar uma notícia para o senhor. Nós iremos pautar a anistia aqui, tá? O Presidente, já combinei, nós iremos pautar a anistia e o Presidente já está de acordo para que essas injustiças não aconteçam mais.

O SR. VALDINEI TEIXEIRA DA SILVA - Muito obrigado!

O SR. EYDER BRASIL – Senhor Valdinei, para concluir.

O SR. VALDINEI TEIXEIRA DA SILVA - Para concluir aqui, eu faço um apelo ao senhor Governador do Estado. O Coronel Braguin, há muito tempo, anda utilizando o aparato do Estado para se promover politicamente. E nada é feito! Nada é feito com relação a isso.

Todo mundo é silente. O Chefe de Estado-Maior, o Subcomandante-Geral da PM/RO, tem ali três IPMs (Inquérito Policial Militar), onde estão ali colocados. Eu estou respondendo, estou nesse IPM. Eu sou o 53 de

um desses IPMs, por ter acompanhado um associado à Corregedoria, para saber do que ele era acusado. Estou nesse IPM porque fiz um vídeo falando: "Estou aqui na Corregedoria, acompanhando um associado que está em um processo a que ele não tem acesso."

Por causa disso, estou no IPM. Abriu-se uma sindicância contra mim e, no próprio IPM, onde está a minha pessoa como indiciada, tem o Governador como testemunha e lá tem pessoas oficiais que dizem, que afirmam ali, que éramos extremistas, que pedíamos para o Governador não sancionar.

E a Corregedoria da PM é silente com relação a essas possíveis transgressões judiciais. Estão apenas apurando praças que se manifestaram contrariamente, ou, melhor dizendo, se manifestaram de maneira que o Governador não gostou.

E quanto ao Coronel Braguin? Tudo bem, continua assim sem punição? Eu não quero que ele seja punido. Eu quero também que os praças não sejam punidos. Da mesma maneira que ele não pune o Coronel Braguin!

Senhor Governador, use o bom senso, amoleça o seu coração, perdoe os crimes, as transgressões que os praças da PM/RO tiveram a capacidade de falar.

Governador, não foi isso que o senhor nos prometeu. Esse aumento é um "desaumento". Isso é o que está nos autos dos IPMs. São por essas falas que os nossos policiais estão sendo calados, perseguidos.

O SR. EYDER BRASIL - Para concluir.

O SR. VALDINEI TEIXEIRA DA SILVA - Isso é inadmissível. Muito obrigado a todos os deputados e me perdoem a expressão.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) – Presidente, registra minha presença, por favor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns. Parabéns pela fala.

Eu quero aqui falar a dinâmica a todos, depois o pessoal da Mesa. Eu fiz uma caixinha de perguntas aqui no Instagram, e eu quero ler algumas perguntas. Várias pessoas me pediram para não passar o nome. Jamais faria isso. Aqui estão somente as perguntas.

Eu quero registrar também a presença do Deputado Laerte Gomes, Vice-Presidente desta Casa de Leis, que está on-line. A Deputada Cláudia de Jesus também está on-line.

Aqui estão as perguntas. Se quiserem anotar, aí depois, qualquer coisa, me passa, que depois, eu passo para as pessoas também, mas, com certeza, elas estão assistindo.

As perguntas:

"Hoje os oficiais atingem topo de carreira com 15 anos. Por que os praças não conseguem nem com 30?"

Algumas não são perguntas, são exclamações. Vou ler também:

"Merecimento só favorece os policiais administrativos que são próximos ao Coronel."

"Essa Lei de Promoção será uma nova "manga", do jeito que está, que só traz prejuízo ao Praça de rua."

Tem uns aqui que são xingamentos. Não vou ler, não.

"O restante de 2010 que está à espera do CFS, há previsão para lançamento do edital?"

"Há previsão de sair edital esse ano do Curso de Sargentos restante de 2010?"

"Por que não houve a participação de praças e associações de praças na elaboração da LOB?"

Aí no final, no final vai, e são centenas aqui, mas vamos dar andamento.

Vamos lá. Tenente Júnior, representando os aposentados e da reserva remunerada da PM.

O SR. CARLOS ALBERTO GOMES DE SOUSA JUNIOR - Boa tarde a todos. Senhor Presidente, boa tarde. Na pessoa do Senhor Presidente Alex Redano, eu cumprimento todos os deputados, vereadores aqui presentes, autoridades. Eu cumprimento o Senhor Comandante-Geral, na pessoa de quem eu cumprimento todos os oficiais, os praças da Polícia Militar, nosso Comandante-Geral. E a todos aqui presentes.

Eu primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade, agradeço a Deus por ter dado discernimento à Vossa Excelência, Presidente desta Casa, que abriu esse espaço para que a gente pudesse dialogar, para que a gente pudesse expor a nossa indignação, nosso descontentamento, nossa revolta, porque eu fui praça da Polícia Militar até completar meu tempo; e quando eu completei meu tempo, eu fui informado pelo DP (Departamento Pessoal) que, se eu ficasse mais um ano como subtenente, eu teria direito a ser promovido a segundo-tenente e me aposentar.

Conheço, acho que a maioria, uma boa parte dos oficiais aqui presentes. E eu me lembro aqui, acho que o Jesuino lembra disso, nós estávamos presentes junto com o Coronel Braguin, junto com o Coronel Vital e alguns oficiais lá no CPA quando aconteceu a negociação da "manga", do reajuste. E naquela ocasião eu perguntei para Vossa Excelência, Comandante-Geral, e para o Coronel Vital, por que em nenhuma das negociações o praça foi chamado? A doutora Ada estava presente, ela lembra disso.

Eu falei, "por que nenhum praça é chamado para esse estudo, para essa conversa, para que seja apresentado para ele se o praça está satisfeito? Se vai ser bom para ele ou não." Aí até eu usei a expressão "será que nós, praças, somos muito burros, que a gente não sabe fazer cálculo, ou que a gente não sabe analisar um Projeto de Lei? Mas nós somos bons para trabalhar. Somos bons para trabalhar." Eu falo isso porque nós temos uma tropa aqui da Polícia Militar leal, honesta, trabalhadora.

Senhor Presidente, o senhor pode ter certeza, a tropa da Polícia Militar, eu estive em outras polícias, atuei, trabalhei no Rio de Janeiro, e eu pude constatar com meus olhos, presenciar, o quanto a nossa tropa é boa. E eu tive a oportunidade de trabalhar com alguns que até foram soldados, sargentos. Coronel Paulo, cumprimento o Coronel Frota. E aí, nós, novamente, com essa

situação da lei de promoções, mais uma vez, os praças são ignorados.

Eu não estou fazendo política, não quero fazer crítica, eu só quero aproveitar a oportunidade, Senhor Presidente, como o senhor falou para a gente se ater à Lei de Promoções e à LOB, eu queria pedir vênua para o senhor. Eu queria pedir desculpa, porque o que eu vim aqui tratar, eu vim aqui trazer para conhecimento de Vossa Excelência e para todos os deputados e clamar para que Vossas Excelências pensem, analisem o nosso clamor, porque eu estou aqui falando em nome dos aposentados, o pessoal da reserva remunerada.

Nós temos hoje um auxílio-saúde para os policiais militares e bombeiros militares de R\$ 150,00. Não paga nem a metade, nem a metade, ou talvez um terço do valor de um plano de saúde aqui no Estado. E os policiais militares e os bombeiros militares, quando terminam a carreira, eu falo isso por experiência minha, própria, eu não saí com nenhuma sequela psicológica, graças a Deus eu superei os eventos traumáticos que eu vivi na Polícia Militar.

Mas, eu tenho aqui colegas que dizem que não. O Major Lorga, dos Bombeiros, saiu com sérios problemas de coluna, que quase ficou paraplégico. Eu conheço aqui o Subtenente Pedro Ernesto, com problema. Eu saí só com físicos, joelho, coluna, tudo estourado. Como falou aqui o Major, o Sargento Denis, de você estar em rua perseguindo, trocando tiro — o Coronel Amorim —, sentindo o cheiro da pólvora — o Coronel Carlos Gomes —, mas nós ficamos com sequelas. E quando a gente precisa de um plano de saúde, nós da reserva remunerada, nós aposentados, nós não temos direito, não temos direito.

Os senhores talvez não tenham conhecimento disso. Enquanto que o Estado, a mesma fonte pagadora, consegue pagar para o Tribunal de Justiça R\$ 2.200,00; o Ministério Público, R\$ 2.200,00; o Tribunal de Contas, R\$ 2.500,00. E nós nada. Nós da reserva remunerada, nós que já passamos, demos a nossa saúde, a nossa juventude no combate ao crime, protegendo a sociedade, salvando vidas, como os nossos irmãos bombeiros, nós não temos direito, nós quando aposentamos. Isso é uma triste realidade.

E isso, como falou aqui o Coronel Braguin, e como falou o Coronel Carlos Gomes, eles estão cumprindo a lei. Estou usando aqui apenas um trecho da fala dos senhores.

Estamos aqui para cumprir a lei com apresentação. Cumpra-se a lei em relação ao auxílio-saúde. Está previsto na Lei Orgânica dos Policiais Militares e Bombeiros Militares. Está previsto, inclusive, para nós, inativos, aposentados, da reserva remunerada. E não vejo nenhuma apresentação ou projeto nesse sentido.

O outro projeto, Senhor Presidente, que eu trago aqui, e que eu acho também muito importante, está previsto na Lei Orgânica. Essa Lei Orgânica, que o Coronel Carlos Gomes e o Coronel Braguin explanaram que estão a cumprir, fala bem assim: a remuneração dos policiais militares e bombeiros militares será escalonada.

Chamo atenção para o seguinte: na Lei de Remuneração passada, que foi aprovada antes desta, o subtenente ganhava 50% do que ganha um coronel. Hoje, com a lei que nós vivemos, com a Lei de Remuneração que foi aprovada e que nós estamos vivenciando, o subtenente não está ganhando 50%. E a lei fala escalonada.

Outro ponto, Senhor Presidente, é quanto à nossa previdência militar. Essa lei que nos foi imposta, com o pagamento de 10,5%, a título de previdência, que é a Lei 13.954, de 2019, Presidente, ela foi aprovada em âmbito federal e aqui no Estado de Rondônia foi instituída para nós em 2021, 2022.

Ela estabelece que a gente tem que pagar 10,5% de previdência em cima do nosso salário bruto. Antes, nosso pagamento era em cima do que ultrapassava o teto do INSS. E nós fomos surpreendidos com essa mudança na lei.

E, Deputado Eyder Brasil, ela foi rápida, o Comando da corporação e o Governo do Estado foram bem rápidos em nos taxar em 10,5%. E aqui eu peço vênua um pouquinho, um minuto a mais.

Essa remuneração nos taxou em 10,5%. Porém, o Estado de São Paulo — e aqui chamo atenção para os senhores deputados e do Senhor Comandante-Geral —, o Governador Tarcísio, do Estado de São Paulo, ele usou a lei e falou: "Olha, aqui vai ser 14%, mas só paga quem ultrapassar o teto do INSS."

Hoje, o teto é de R\$ 8.157,00. Lá, quem ganha até esse teto não paga a contribuição previdenciária, não paga. Quem ganha mais paga o que ultrapassa o teto, na forma de percentual. E isso está na lei, deputado.

Como o senhor mesmo falou, Coronel Braguin, Coronel Carlos Gomes, vamos cumprir a lei? Vamos cumprir a lei. Está na lei? Está na lei.

Pode-se pensar assim: temos que analisar a questão da das contas do Estado. Só que chamo a atenção de dois pontos. O Comandante-Geral, talvez o Presidente, o Deputado Delegado Camargo, o Deputado Eyder Brasil não saibam, mas o que nós temos? Nós temos uma Polícia Militar que, até 1987, era do quadro da União. Então, presume-se que teria recurso para pagamento dos aposentados e pensionistas.

E qualquer alteração que tiver, nós temos uma perspectiva grande de essa turma de até 1991 passar para o quadro federal, porque já têm decisões, decisões reiteradas, chegando no Superior Tribunal de Justiça, de que até 1991 tem direito, tem direito a ser transposto.

Mas, deputado, só para finalizar, como o senhor falou, como foi falado aqui, que é lei, é direito, é cumprir a lei, essa mesma lei federal prevê que o Policial Militar e Bombeiro Militar têm direito à assistência jurídica, e até agora nada.

Ela fala que tem direito ao pagamento antecipado de diárias em deslocamento para fora da sua capital ou do seu local de lotação. E tem policial esperando para receber diária até hoje, e não foi pago. Está na lei.

Muito obrigado a todos.

O SR. EYDER BRASIL – Obrigado, Júnior.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado. Convido para a o uso da fala Giovana Barros, do Fórum Estadual das Esposas e Familiares dos Praças do Corpo de Bombeiros.

Quero agradecer aqui o grande Deputado Marcelo Cruz, que está de forma remota, e à Assessoria do Deputado Marcelo está presente em peso. Nosso muito obrigado. Giovana, com a palavra, por favor, fique à vontade. Sete minutos.

A SRA. GIOVANA MARIA NOLETO BARROS DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a todos vocês.

É um prazer muito grande estar aqui discutindo. Já estivemos várias vezes na luta juntas, está aí a Vereadora Sofia, admiro muito pela sua luta dentro da questão dos militares também, que defende. Todas as associações, tem o meu respeito também.

Mas eu vou pedir licença para ler aqui o meu texto que eu fiz, porque, analisando a questão da Lei das Promoções. Nem vou falar da LOB, porque não chegou até a gente essa lei, a gente não leu, a gente não teve tempo de analisar, de ver o que eram os prós e os contras, mas com certeza, não é muito boa.

Senhoras e senhores, militares, praças, bombeiros e policiais trabalhadores da segurança pública de Rondônia, é hora de levantar a voz e denunciar mais uma manobra que tenta pisar na nossa dignidade e aprofundar a desigualdade dentro da Corporação. Estamos diante de uma minuta de Projeto de Lei vergonhosa, construída sem diálogo real com a base e pensada para favorecer apenas os deles, aqueles que já estão no topo, enquanto quem carrega o peso do serviço segue esquecido.

No artigo 24, querem aumentar as vagas de promoção por merecimento. Vamos falar a verdade. Isso não é valorização. Isso é sacanagem, para favorecer apadrinhados, é abrir mais um espaço para o jogo político dentro da Corporação.

A minuta mexe na promoção entre promoção por antiguidade e merecimento. Isso é um absurdo, porque quebra a isonomia e pune quem, realmente, rala todos os dias. Quem está na ponta, quem arrisca a própria vida. Pasmem, no artigo 43, o interstício proposto para promoção é desproporcional e é mais uma barreira para impedir que a base avance.

Querem travar a carreira dos praças, enquanto protegem privilégios lá no alto. Não tem sentido nenhum exigir interstícios que só prejudicam quem já está há anos esperando por justiça e progressão.

E quando vamos aos anexos 1 e 2, fica ainda mais escancarado. Criaram critérios de promoção por merecimento completamente subjetivos. Isso dá margem para perseguição, favorecimento e apadrinhamento político.

É a velha história. Abre-se a porta para promover os deles, enquanto os trabalhadores de verdade continuam na fila, adoecendo, endividados, carregando a corporação nas costas.

Nós, mulheres, esposas, familiares, nós não aceitaremos

isso. Não vamos aceitar que transformem a carreira militar em um instrumento político. Não vamos aceitar que a meritocracia vire desculpa para privilégios. Não vamos aceitar que a base que sustenta essa Corporação seja descartada mais uma vez, como a "manga".

Estamos aqui para defender uma carreira justa, transparente, com regras claras, que não abram brecha para favorecimentos, promoção que tem que ser direito, não barganha. Tem que ser justiça, não politicagem.

Companheiros, senhoras e senhores, se querem respeito, ouçam a tropa. Se querem justiça, acabem com os privilégios e dialoguem com quem realmente faz a segurança pública acontecer. Nós seguiremos firmes, mobilizados e vigilantes em defesa dos praças, em defesa da valorização real contra qualquer projeto que aumente o abismo dentro da Corporação.

Nenhum direito a menos! Apadrinhamento não! Valorização de verdade é já! E é isso que eu termino dizendo, que os senhores comandantes e coronéis escutem os praças, façam a comissão com os praças para que eles também sejam ouvidos, porque eles é que sentem na ponta, eles é que sabem onde o sapato aperta todos os dias nessa caminhada, nessa cidade, nesse Estado de Rondônia. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala.

Eu quero aqui convidar o Deputado Eyder Brasil para continuar presidindo os trabalhos, passar a dinâmica aqui. Primeiro, agora, está aqui inscrito aqui na fala, o Deputado Eyder Brasil vai chamar, Vereador Santana, Sargento Pereira e Giovana. A Giovana acabou de falar.

E logo após, ouviremos a Mesa, ouviremos a Vereadora Sofia, o Vereador Fernando, o Deputado Neiva, todos da Mesa, a fala do Deputado Delegado Camargo. E nós temos, gente, lembrando que hoje temos a audiência e temos a convocação também do Comandante-Geral, em que o Deputado Delegado Camargo vai ter a liberdade para fazer as indagações também.

Aqui nós somos uma Presidência que somos totalmente republicanos e democráticos. E a gente segue e obedece ao Regimento Interno. Então, o Deputado Rodrigo Camargo apresentou o Requerimento, eu pautei o Requerimento e foi aprovado por unanimidade. Então, a gente vai obedecer aqui restritamente aos critérios.

Convido aqui o Deputado Eyder Brasil para presidir os trabalhos. É o seu próximo inscrito? Então, eu vou aguardar a sua fala. Eu permito. Convido, então, o Vereador Santana para uso da fala. Sete minutos.

O SR. DR. SANTANA - Selva, meus companheiros, boa tarde! Primeiramente, eu quero quebrar o protocolo da minha fala. Eu fui da turma de 2002, assim como o ex-deputado Jesuíno, muito corajoso, foi punido por reconhecer essa Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Parabéns, Jesuíno.

Mas eu quero aqui parabenizar a sua grandeza, Presidente Alex Redano. Não é policial, mas ele tem do lado dele policiais e bombeiros que o orientam.

Parabenizar o senhor por proporcionar esse momento de diálogo. E aproveitar aqui, o Coronel Braguin, que é da nossa turma de 2002, que a turma de 2002 é uma turma-problema, porque são homens e mulheres honrados, muito inteligentes, que jamais deixam as coisas passarem despercebidas. Deveria ter colocado em discussão lá atrás, não ter chegado a esse momento. E eu quero aqui, Deputado Alex Redano, parabenizar o senhor. Esse teu olhar de sempre oportunizar os menos favorecidos. E essa Casa tem sido gigante porque o senhor tem tido esse olhar.

Parabéns! Então, parabenizar aqui, todos os envolvidos, a minha companheira de Parlamento, Sofia Andrade, não é policial, mas tem um esposo e sempre reivindica por essa pauta, e a nossa ex-vereadora Ada Dantas.

E quero dizer aqui que um ex-policial militar, no ano de 2022, na condição de vereador, vocês podem estar contando comigo, assim como o Vereador Fernando Silva também. Estamos aqui para poder materializar dias melhores e para realizar essa casa por oportunidade. Eu acredito que após essa Audiência Pública muitas coisas irão mudar para beneficiar o praça e também reconhecer os oficiais, mas sempre no princípio da isonomia.

Parabéns a essa Casa, na pessoa do nosso Presidente Alex Redano; o meu conterrâneo da minha cidade de Jaru, o Deputado Ezequiel Neiva e o Deputado aqui, o Pedro Fernandes. Parabéns a todos, que Deus abençoe. E o Presidente da Comissão de Segurança Pública, o Deputado Eyder Brasil. Parabéns, que Deus abençoe.

O SR. EYDER BRASIL - Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero aqui passar, e também quero fazer justiça. Estou vendo aqui o PM Aloir, que integra a nossa equipe e também nos ajuda, nos orientando aí, sobre a questão dos policiais militares.

Eu vou convidar agora o Deputado Ezequiel Neiva e já passo os trabalhos ao Deputado Eyder Brasil. Nós temos um compromisso que é a posse do Presidente do Tribunal de Justiça e eu tenho certeza que conseguirei vir a tempo, porque eu acho que a discussão aqui vai longe.

Então, passo a palavra aqui para o Deputado Ezequiel Neiva e peço permissão para eu já ir me deslocando. Com a palavra, Deputado Eyder Brasil.

Quero parabenizar o Deputado Rodrigo Camargo pelo trabalho, pela dedicação. Conte comigo.

Ao Comando-Geral também pode ter certeza de que será assegurada a sua fala, sempre com muito respeito, muita hombridade.

Deputado Pedro, meu grande amigo ex-deputado Jesuíno; Vereadora Sofia; meu vereador, companheiro de partido, grande Fernando, fazendo um trabalho muito bom. Estou acompanhando, estamos aí honrados pelo seu trabalho.

E passo a palavra aqui para o Deputado Eyder Brasil. Peço permissão a todos, irei, mas já volto.

(Às 16 horas e 45 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Eyder Brasil)

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Presidente, Deputado Alex Redano, Presidente desta Casa de Leis. Fico muito honrado em estar presidindo, a partir de agora, essa importante Audiência Pública que trata da LOB, da Lei de Promoções.

Passo agora a palavra ao meu nobre amigo, o Deputado Ezequiel Neiva, ele que é oriundo da nossa farda azulona, e falar a sua contribuição antes que pegue a estrada para fazer as entregas necessárias que o Estado não precisa.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Obrigado, deputado. Boa tarde a todos. Não vou nominar a Mesa, que já foi devidamente nominada, mas é uma alegria nós estarmos com vocês aqui nesse momento tão importante, tanto para os praças quanto para os oficiais da nossa Polícia Militar. Alegria estar aqui. Eu acho que é uma audiência que vem realmente ao encontro do anseio de todos nós, de todos vocês.

O Presidente foi feliz em convocar esta audiência. Acho que tem muita coisa para ser realmente mudada e alterada. E, como deputado estadual, oriundo também da Polícia Militar, sargento que fui, por vários anos da Polícia Militar, me sinto lisonjeado em estar aqui com vocês.

Eu li algumas partes dessa norma, por enquanto ela não chegou a Casa, e acho que não chegou nem na Ditel ainda, para ser transformada em uma lei para vir aqui para a Assembleia Legislativa, mas já há essa discussão, porque ela foi entregue ao Secretário Vital, e dentre os pontos que eu fiquei muito preocupado — Coronel Braguin e aos policiais oficiais que a fizeram, que a planejaram — foi limitar o praça à graduação de subtenente.

Eu acho que, eu fui praça por muitos anos, e todos nós, aliás, um dia eu fui reprovado em um concurso de oficial, ficando em 6º lugar, tendo oito vagas, porque a psicóloga me perguntou: "Por que você quer ser oficial?", eu falei: "É o sonho de todo praça chegar ao oficialato", e me reprovaram, isso em 1992.

Fiquei tão angustiado que eu deixei de prestar concurso por três anos. Falei: "Não vou prestar mais concurso, porque falei que queria ser oficial e me reprovaram". E era o 6º colocado em uma turma que tinha oito vagas. Mas, enfim, depois, em 1995, falei: "Vou prestar um concurso para sargento". Aí passei e vim fazer o curso aqui em Porto Velho.

Então, Comandante Braguin, tem muitas coisas que a gente precisa mudar, mas eu quero deixar vocês muito tranquilos. Eu me lembro que, quando o governador mandou para esta Casa aquela norma tirando a questão do concurso para cabo, vocês se lembram muito bem que eu aproveitei aquele gancho e, naquele momento, coloquei uma emenda para diminuir o interstício. Fui eu, na época, que coloquei aquela emenda. E foi aprovado por unanimidade aqui dos colegas. Eu agradeço muito

isso. Depois veio também dos oficiais e foi aprovado. Isso facilitou muito.

Agora, como é que nós já conquistamos esses direitos e agora nós vamos retroagir e voltar a um tempo que nunca existiu? Cinco anos para a promoção? Nós vamos fazer, com isso, nós vamos desestimular qualquer um que venha prestar um concurso. Depois o cara fala: "Caramba, eu vou prestar um concurso aqui, mas só de cinco em cinco anos eu vou conseguir uma promoção.". Então, assim, fiquem tranquilos. Essa norma vai vir para cá e vocês serão, as associações serão convidadas a participar, nós estaremos discutindo isso junto e nós faremos o melhor. Obviamente, os oficiais talvez terão que ceder um pouco, os praças terão que ceder um pouco, mas nós vamos construir, realmente, uma norma que vai realmente estar adequada ao anseio de toda a nossa corporação.

Não se preocupem com isso, nós estaremos aqui atentos a isso, e só vai passar aqui, só será votada no momento em que estiver, realmente, consagrado todos os termos. Mas eu quero, o Presidente acabou de sair, Deputado Eyder Brasil, mas eu estava até conversando aqui com o vereador. Hoje a Derso está em média de R\$ 39,00. Eu estou falando com o Presidente já e com os deputados que a gente vai encampar uma luta aqui, uma briga, porque hoje os policiais, para complementar o salário, muitos estão se sacrificando, indo para a rua fazer essas horas extras.

Nós vamos lutar, eu já estou trabalhando isso com a Bia, nossa Secretária de Planejamento, e com os colegas deputados aqui, para ver se a gente consegue chegar isso pelo menos em R\$ 60,00, pelo menos em R\$ 60,00, 50% de aumento dessa Derso, para dar um pouquinho de alento a vocês.

E, no mais, é deixar mesmo vocês tranquilos, tranquilos de que nós estamos aqui atentos, junto com todos os colegas, com o Deputado Delegado Camargo, com o Deputado Eyder, com o Deputado Pedro, com todos, para a gente lutar por isso aí e realmente fazer uma lei que vai estar atendendo os anseios de todos vocês.

Eu disse que iria pedir licença, Deputado Delegado Camargo, porque eu estou viajando agora, vou para Vilhena agora, estou saindo agora, fiquei para participar um pouco dessa reunião, mas amanhã eu preciso estar muito cedo lá, em umas entregas e inauguração.

Mas nós estamos juntos com vocês nessa luta, com a nossa Polícia Militar gloriosa. Parabéns aos policiais militares aguerridos, homens e mulheres honradas e íntegras que estão defendendo a nossa sociedade com risco da própria vida. Quantos policiais têm morrido por aí? Enfim, parabéns a todos vocês e contem comigo. Um abraço.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Ezequiel Neiva, sempre um aliado da nossa Polícia Militar, das nossas Forças de Segurança Pública. Convoco agora a fazer uso da palavra o Sargento Pereira, aqui não está escrito, registrado de nenhuma associação, mas é o Sargento Pereira. Pelo tempo de

sete minutos, sem aparte. A fala é sua, camarada.

O SR. EVALDO PEREIRA - Boa tarde. Boa tarde, Senhor Presidente, Senhor Eyder. Em seu nome, eu cumprimento todos que estão aqui, todos da Mesa, o Coronel Braguin; todos os deputados, vereador, Senhor Jesuino, minha amiga Sofia Andrade, com orgulho de ver você aí.

Queria pedir permissão, antes do tempo, que eu trouxe um slide com alguns artigos da lei para mostrar a injustiça dessa lei. Se me der permissão, o slide está lá. Alguns apontamentos, não é na índole das críticas, mas alguns apontamentos que eu fiz.

(Apresentação de slides no telão)

Pode passar, irmão. Isso aqui todo mundo já falou. Eu sei da competência dos coronéis, sei que, da parte deles, eles fizeram um bom trabalho, mas o que faltou.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Pereira, só uma questão de ordem. Pode voltar ao slide anterior? Você está fazendo referência à Lei 14.751, não é?

O SR. EVALDO PEREIRA - Isso.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Não é a minuta.

O SR. EVALDO PEREIRA - Não.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Ok, obrigado.

O SR. EVALDO PEREIRA - Ela foi...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Pode passar aí.

O SR. EVALDO PEREIRA - Eu tirei da própria minuta, está lá dessa forma.

Então, a Comissão é essa, coronéis competentes, pessoas competentes que estudaram para isso, só que faltou, quem sabe mais de você do que você mesmo. Então, faltou os praças nessa comissão.

Não é desmerecendo, porque a gente sabe da competência dos coronéis, mas faltou uma comissão de praças. Eu sou do curso do Coronel Braguin, sou de 2002 também, e tenho certeza que tem soldados – hoje não tem mais soldado na polícia, mas tem soldados competentes – que poderiam estar fazendo parte dessa comissão. Soldados, cabos, sargentos ou um subtenente que já passou por todas as graduações. Nós temos praças na ativa totalmente capacitados para participar dessa comissão. E a gente não poderia... talvez a gente não estaria aqui nesta audiência. Talvez já estaria tudo mastigadinho.

A gente está lutando com a aprovação de uma lei justa para todos. Pode passar.

Critérios de avaliação de merecimento. Pode passar.

O irmão bombeiro já passou sobre isso, sobre os curtos de aproveitamento. Ele já deu uma "palha" sobre isso, o presidente da Associação do Bombeiro. Para os praças, eu acredito, na minha parte, que esse dispositivo não se aplica, porque ele se torna um requisito objetivo quando você já tem um curso. O problema é você fazer esse curso. A forma que esse curso chega: chegam a dez vagas nos batalhões, mas, quando chega lá, já três, sete preenchidas.

Então, não pode ser um critério objetivo esses cursos dentro da corporação. E eu coloquei ali, aquele inciso foi o que eu criei: "os dispositivos constantes nesse artigo não se aplicam aos praças", porque o oficial sempre está buscando os cursos. Para o oficial pode ser isso, pode ser aplicado para ele, porque sempre está buscando.

Só que o praça quase não tem tempo mais hoje. O praça sai do serviço e não vai mais para a família, ele vai direto para o Derso. O praça está ficando doente, nós estamos ficando cansados. A gente tem que substituir, tem um pouco de orçamento nesse Derso. Até compreendo o Deputado Ezequiel, em aumentar, mas o que a gente quer é mais valorização para estarmos mais tempo em casa com a nossa família. A gente precisa estar descansando em casa. Se quer aumentar, quem quiser fazer, faz. Pode passar, por gentileza.

Esse aqui é outro dispositivo que a lei traz. A lei nacional traz esse dispositivo como requisito para promoção. Esse sim é o curso de formação, o curso de formação de sargentos, o curso de formação de praça, o curso de aperfeiçoamento. Esse, sim, cabe lá como requisitos para promoção.

Todos nós aqui, quem está aqui, seja do coronel ou praça, pagamos uma etapa, a etapa dos cursos de formação. Nós somos submetidos a mais de 300 horas. Saímos de casa de manhã cedo e chegamos, muitas vezes, às 22h. Temos um calhamaço de apostila para estudar, temos 40 provas para fazer em seis meses.

Essa é a nossa etapa. Essa é a etapa que a gente paga lá na formação. Como o colega da Crapomji falou aqui, lá é posto, a antiguidade é posto. Então, nós estudamos para isso. Essa é a nossa etapa. Quando chega a hora de tirar o nosso serviço na corporação, nós somos preteridos por um merecimento que, às vezes, não tem critério objetivos, como a gente já viu ali. E somos preteridos por esse critério de promoção. Pode passar.

Aptidão física. O Exército tem muito staff. Eu, quando entrei na polícia, pesava 63 quilos. Hoje eu tenho 100 quilos, quase 110 quilos, com o meu joelho estourado e hérnia de disco. Voltei agora de um pé quebrado, jogando bola pela polícia, mas já quebrei o pé pulando o muro atrás de elementos em uma ocorrência. Fiquei 6 meses afastado.

Ali fala que tem que ter adaptação. Isso aqui também não pode ser critério para a promoção. Não pode.

Hoje a polícia é diferenciada. Se fosse uma polícia igual à do Exército, em que você saiu do curso de formação e mantém aquela constância de fazer esse exercício, tudo bem. Mas hoje não tem condições de isso ser critério.

Pode passar.

Do ingresso para o quadro de acesso. Para o quadro de acesso por merecimento, o militar deverá ser considerado apto, sem restrição, durante pelo menos dois terços do interstício do posto ou graduação atual. Quantos, hoje, na polícia estão doentes? Ninguém entrou doente na polícia. Você faz o concurso, faz exame, entrega exame médico e entra bem.

A polícia lhe adoece, pois você carrega cinco quilos de colete, anda de viatura, corre, pula muro, quebra o pé, como aconteceu comigo. As pessoas estão doentes. Como é que você vai tirar uma pessoa dessa por merecimento? Será que o que ela fez pela polícia não vale porque está com restrição?

Você não pode colocar aquelas pessoas enroladas, não pode colocar em uma mesma vala comum. Tem gente que enrola? Tem. Então vamos pegar os enrolões, mas não colocar na mesma vala comum dos que estão com restrição.

Só a última. Tem muita coisa, mas em relação a isso aqui, eu quero defender isso. Pode passar.

Esse aqui foi um erro lá porque a gente não tem esse comportamento regular, só tem o insuficiente. Pode passar.

Isso aqui é uma policial militar. Olha a coluna dela ali. Ela tem espondilólise bilateral. Essa policial militar é excelente, ela trabalha no Expediente. É uma policial que não falta, chega no horário, trabalha com afinco, mas ela tem isso aí. Ela não vai entrar no critério do merecimento. É justo isso com ela, com a família dela? Então, isso não é critério objetivo. Isso aqui ela não entrou assim na polícia, isso ela adquiriu na polícia.

Então, a gente tem que pensar, pessoal, trazer os praças — só para concluir — para fazer parte dessa comissão. A gente não precisa ficar nessa briga de oficial disso, oficial aquilo, eu quero que o oficial ganhe bem.

Eu não sou da política de briga de oficial com praça. Para mim é uma polícia só, às vezes a gente está no mesmo barco. Então, o que precisa ser feito são normas equânimes que se aplicam aos oficiais que sejam ótimas, e as que se aplicam aos praças que sejam ótimas também. Então, a gente precisa disso, não brigar, mas que o praça faça parte do que vai interessar para ele, do que é bom para ele, porque quem sabe mais do que é bom para a gente é a gente mesmo.

Como o colega falou, eu quero um sorvete que eu gosto. Eu tinha mais coisas para falar, tem mais coisas ali, mas, infelizmente, o tempo não dá. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Pereira, pela sua contribuição.

Convido, agora, para fazer uso da fala por tempo de sete minutos, sem aparte, o ex-deputado desta Casa por três vezes, por todas as passagens, Presidente da Assfapom, meu amigo Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO SILVA BOABAID - Obrigado, Presidente. Não tenho como comentar muita coisa, até porque o tempo é curto. E eu já esperava, quando

eu pedi a alternância para ter uma explicação, que os oficiais viessem explicar. Eu vi aqui só uma fala esparsa sem ter explicação nenhuma. Mas eu queria questionar todos os pontos que foram ditos aqui.

Em primeiro momento, foram feitas falas a respeito de "manga", a respeito de tudo, que nós da Assfapom, quando nós tivemos à frente dessas discussões, quando foi aprovada aquela tabela salarial, que nenhum deputado pediu vista, nenhum deputado pediu vista, não discuti, mesmo eu vindo aqui na época, chamado por vários deputados para buscar aprovação do aumento de ICMS, que fora prometido para aumentar o valor do salário das forças de segurança.

E, ao final, nós levamos uma facada, Deputado Eyder, o senhor não estava aqui, quando o Presidente, na época, não fez a mesma coisa que foi uma discussão em plenário, para que houvesse aprovação de ICMS, que, inclusive, foi afrontada, foi uma discussão bem acalorada, contra a fala do deputado, inclusive, proponente, Deputado Delegado Camargo e outros, que eram contra, Que eram contra.

Então, quando nós viemos para cá, nenhuma associação teve acesso a essa bendita tabela. Nenhuma. Nenhuma! Inclusive, eu recebi uma fala muito injusta do próprio Deputado Delegado Camargo, que me acusou que eu havia tido acesso e eu não tive acesso. Ele falou: "Jesuíno, tudo levava a crer que você teve acesso." Eu não tinha o mandato de deputado estadual.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Você me permite falar? Eu confirmo o que eu falei e aqui está a minha assessoria que viu quando o Coronel Vital me ligou. Está ali, cadê o Deco? Está lá? Ele me ligou dizendo: "Camargo, vem aqui no Palácio que eu estou aqui com o Jesuíno e com outros dois deputados discutindo a tabela.". Eu falei: "Eu só vou discutir quando chegar aqui, porque a tabela está sendo construída.".

Então, fez parte da construção, reafirmo e confirmo. E você, quando a "manga" foi aprovada, estava você lá levantando a mão do governador e batendo palma. Para de show! Para de show! **(manifestações da galeria)**

O SR. JESUÍNO SILVA BOABAID – Deixa eu terminar.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Deputado Delegado Camargo, ele tem o tempo.

O SR. JESUÍNO SILVA BOABAID – Presidente, reestabeleça...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Ordem na galeria. Todas as pessoas que fizeram uso da fala aqui tiveram assegurada a sua fala. O ex-deputado Jesuíno Boabaid vai falar por sete minutos e eu vou acrescentar tempo na fala dele e depois, esse período aqui...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Não fake news, mas não vai fazer fake news aqui, Presidente. Eu não

vou permitir que nesta Casa subam nesta tribuna para fazer fake news.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Deputado Delegado Camargo, o senhor como deputado desta Casa de Leis, o senhor tem que ser o primeiro a cumprir as regras.

O senhor tem que ser o primeiro a cumprir as regras. Não adianta falar e nós cobrarmos respeito de outra pessoa se nós não dermos o respeito primeiro. São períodos de sete minutos. Depois eu vou passar a fala ao senhor. Eu espero que nós, como homens públicos e cumpridores da lei, mantenedores da lei, operadores da lei deste Estado, que cobramos tanto respeito, principalmente nesses últimos dias, para com esta Casa, sejamos os primeiros a dar o exemplo de respeito.

Aqui existe um rito. Foi definido pelo Presidente desta Casa de Leis Deputado Alex Redano, que cada um que subisse ali teria o tempo de sete minutos. Então, eu peço que o senhor se controle e após a fala do ex-deputado Jesuíno Boabaid, a fala é do senhor.

Continue.

O SR. JESUÍNO SILVA BOABAID – Obrigado, Presidente. Obrigado Deputado Eyder. Meu direito, novamente, de continuar a minha fala. Se eu estivesse reunido com tabela, com certeza, teria foto, teria qualquer mensagem minha ou qualquer imagem minha tendo acesso. Eu não tive. E o que prevalece para mim, que eu não uso o nome do Deus em vão, é a minha consciência. E eu não estou aqui para fazer palanque político, como eu disse, eu estou aqui para discutir o Projeto de Lei. Mas, valem os.

Como foi dito, a Lei 14.751, que é a LOB nacional, tem diversos dispositivos, Coronel Frota, o Coronel Carlos Gomes, e outros coronéis que se encontram aqui presentes.

Não foram colocadas em nenhum momento as garantias que estão dentro da LOB, que estão dentro da Lei 13.954, como foi dito aqui, não só pelo Tenente Junior e outros. O artigo 18 consta da LOB várias garantias. Garantias à assistência médica-odontológica, garantia ao seguro de vida, garantia a outros benefícios que estão prevalecendo dentro da LOB.

Outro ponto: "Ah, Jesuíno, a Lei 13.954", que trata da proteção social que na verdade o militar recebe a pensão militar. Digo também a respeito da Lei 3.514. "Ah, Jesuíno, tem excesso de coronéis." Tem excesso de coronéis e tem excesso de praças. Por quê? A Lei 3.514, se não me engano aqui, a gente fica até perdido, porque o tempo tem que ser rápido. Ela diz que você deve, no artigo 2º, o militar que é agregado, o militar que fica cedido, ele não irá computar vaga. E essas vagas vêm sendo utilizadas desde a sua criação para a promoção. Nós não defendemos que seja extinto esse instituto, todavia, tem que ser limitado. O que nós defendemos também é que haja sete coronéis excedentes, automaticamente a polícia militar refaça, refaça, alternativamente a questão do quadro. Tem essa

autonomia, se eu tenho sete coronéis, eu tenho que ter tenentes-coronéis, maiores, capitães e assim segue lista, sendo que hoje é atualizado e subtenente assim sucessivamente, como dito. É isso que a gente defende. Foi a Assfapom, tem uma planilha que foi feita, que defendeu e trouxe à baila essa questão.

A Lei 3.514 está vigente e pode ser, sim, utilizada. E não queremos, com essa Lei de Promoções, Coronel Braguin, que ela seja revogada em alguns institutos dela. Não queremos que a lei, por tempo de serviço, seja revogada. O caos está no artigo 30, 31 e 32, salvo engano. "Por que, Jesuíno?" Porque não haverá mais condição do subtenente ser promovido a condição de segundo-tenente. Por quê? Ela restringiu o quadro e o quadro que o policial militar pertence às praças é até subtenente. Isso não pode ser levado como algo que a gente lutou tanto.

Aí vai falar: "Mas, Jesuíno, por que o policial e o bombeiro militar têm que ser tratado diferente?" Porque não recebemos horas-extras, não temos limite de hora trabalhada, não tem salubridade, periculosidade, risco de vida. Quem faz a máquina ser sustentada é a Polícia Militar. Para o Judiciário trabalhar é a polícia militar. Para o MP (Ministério Público) vir atuar da forma que ele atua nos processos criminais, é a Polícia Militar. A Polícia Militar é que dá as bases de sustentabilidade para a segurança pública. Segurança pública. E a segurança pública faz com que as outras máquinas venham a funcionar, Deputado Eyder Brasil.

Então a gente vem, de uma forma bem taxativa, discutir vários itens, Coronel Frota. Foi uma falha. Foi uma falha não chamar as associações, por último. Foi uma falha não colocar um praça para debater esse assunto. Isso é algo que não é mais permitido. Vivemos um Estado Democrático de Direito.

E quando nós entramos na Polícia Militar, no ano de 2002, a polícia eram ilhas que as leis e a Constituição não imperavam. Era um tratado de opressão. Coronéis que vinham oriundo das Forças Armadas, R2, com aquela mente arregada de militar. E a gente não conseguia nem falar, nem pensar.

Hoje nós estamos em um debate. Hoje nós estamos discutindo isso dentro do campo próprio, Poder Legislativo do Estado de Rondônia, que é um poder que eu muito respeito, tive o privilégio de estar aqui, que é o maior poder. É o poder de controlar, de fiscalizar, de defender realmente os interesses dos cidadãos. Todos. Isso, assim nós fizemos.

Então, sobre a questão do anexo, que ele está falando aqui: "Ó, Jesuíno, por que a gente não defende que a LOB seja aprovada e esses projetos também de promoção?" Porque não veio o anexo, Deputado Eyder Brasil. Cadê as vagas que serão aplicadas? "Não, Jesuíno, vou mandar depois." Não, depois não. Depois não, porque depois, Coronel Braguin, nós estamos aguardando sabe o que, até o presente momento, que haja as gratificações, que haja a majoração da etapa alimentação que ficou a pior do Estado de Rondônia. O valor mais baixo: R\$ 253,00. Cadê a questão que, ora, foi prometida também da

reestruturação dos quadros? "Ah, Jesuíno, vamos reestruturar os quadros." Não foi feita essa reestruturação até o presente momento. Não foi criada a gratificação, como nós pedimos. A anistia, deputados, tem que ser de iniciativa do Poder Executivo. Quando eu era deputado estadual, eu apresentei uma emenda, há uma emenda na Constituição e ela foi julgada inconstitucional.

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e o Supremo Tribunal Federal já disse que a anistia tem que ser originária do Governador do Estado de Rondônia. Faça força e vamos buscar anistia que nós defendemos. Só eu tenho seis processos por ter comentado, por ter criticado, por ter falado, por ter, na época, rebelado após o não compromisso honrado por parte do Poder Executivo do Senhor Governador. É isso que a gente quer. É isso que a gente quer.

Então, os coronéis chegaram ao patamar do teto e os praças, hoje, querem também que sejam valorizados, respeitados nessa...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para concluir.

O SR. JESUÍNO SILVA BOABAID – Sim, eu vou concluir. Excelência, então, o que nós pedimos, a Assfapom, é que seja feita, realmente, uma Comissão, seja feita por vocês, senhores; após, que sejam chamadas as associações, no campo próprio, pode ser no governo, e esse projeto seja discutido.

Mas espero que, após essa audiência, não venha o Poder Executivo vir falar: "Olha, eu não vou mais enviar, se ele não entra em consenso." E esses projetos, que é de suma importância para a Polícia e o Bombeiro Militar, seja prejudicado. E aí a gente fica a ver navios. Tem que ter ajustes, sim. Tem que ter, sim, essa condição de a gente reanalisar essas leis dentro ainda do Governo do Coronel Marcos Rocha. Se passar para outro governo, acabou. E que venha também ter direitos e garantias consagrados em todos os projetos que forem apresentados. Esperamos isso.

No mais, eu peço desculpa, que eu estou sem voz. Agradecer novamente Vossa Excelência. Agradecer ao Deputado Alex Redano, que foi ele quem garantiu que hoje acontecesse essa Audiência Pública; atendeu as associações e atendeu a todos que interessava a participar. Obrigado a todos. Tenho dito.

Cumprimentar também a minha esposa, que você está aqui. Em nome dela, eu cumprimento todas as mulheres que se encontram no recinto. Obrigado, fiquem com Deus.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Jesuíno Boabaid, ex-deputado, Presidente da Assfapom. Como o Deputado Delegado Camargo foi citado durante a fala do Presidente da Assfapom, Jesuíno Boabaid, ex-deputado estadual, concedo a fala ao nobre Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Gente, no nosso

país, infelizmente, a verdade, engatinha; mas a mentira, a fake news, a desinformação, anda a galope. E por que eu digo isso? Porque eu me revolto, me revolto mesmo, quando vejo pessoas mentindo. Eu não tolero a mentira, eu não tolero a covardia de se esconder atrás de outras pessoas ou de outros gestos para assumir as suas próprias responsabilidades. E por que digo isso? Eu quero lembrar você, que muitos aqui estavam no dia da votação do aumento do ICMS. Vários de vocês. **(manifestações da galeria)** Pois é. Exato.

O Jesuino era um que estava usando o megafone para interromper a minha fala e torcendo, e torcendo pelo aumento do imposto estadual que hoje vocês falam.

(manifestações da galeria)

Por favor, Presidente. Por favor, Presidente. Por favor, Presidente. Por favor, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Jesuino, da mesma forma que eu pedi ao Deputado Delegado Camargo, se você quiser, depois você peça a fala, que aí eu lhe concedo. Para que, se não, a gente não consegue avançar, vai ficar uma briga aqui de vizinhos e a gente não consegue cumprir o objetivo dessa Audiência Pública, que é tratar sobre a LOB.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Eu só vou fazer o esclarecimento, vamos continuar com a pauta. Só para todos... **(manifestações da galeria)**

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Senhora Ada, Ada, peço a senhora Ada Dantas... Peço a senhora Ada Dantas... Coronel, peço o... Convoco aqui ao Auditório a nossa equipe de segurança legislativa para que nós possamos concluir audiência. **(manifestação da galeria)**

Acreditamos que se não for através do diálogo e do respeito, o Estado de Rondônia, a Polícia Militar, as forças segurança pública não conseguem avançar. Então, a gente vai estar primando aqui pelo respeito ambíguo e imparcial, amplo e irrestrito. Nós somos parlamentares, esta é uma Casa de falar, essa é uma Casa de diálogo, mas dentro do respeito com cada um, seja homem, seja mulher, nós devemos exercer o respeito. Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Continuando. Então, na época do aumento do ICMS, a proposta que chegou do governo é que o valor arrecadado com essa majoração seria revertido para aumento da segurança pública. Eu apresentei uma emenda na lei dizendo, então, que esse aumento ficaria vinculado à segurança pública. Não foi aprovada. Então, a gente já começa a entender as coisas. Mas vamos continuar.

Por que eu não pedi vista? Porque o pedido de vista tem um motivo: você compreender a lei. Eu li, reli, "trili" e compreendi o absurdo que era aquilo ali. Tanto que falei: "Pode votar, que o meu voto não tem. Isso aqui é um absurdo que estão fazendo". Mandaram de última hora, no apagar das luzes, para, mais uma vez, empurrar

vocês. E foi o que aconteceu.

Então, eu quero deixar bem claro aqui que, quanto da votação do aumento do ICMS, eu sempre avisei. Sempre avisei: "Estão enganando os senhores." Enganaram a segurança pública. Enganaram a educação. E agora, essa semana, chegou o resultado do Governo do Estado. Enganaram a saúde, não tem reajuste.

Então, apenas para finalizar, se vocês quiserem saber se, de fato, aqueles que concordaram ou aqueles que não concordaram com a "manga", verifique lá as fotos na internet, quem é que está levantando o braço do Governador e batendo palma. E vocês saberão. Eu vou passar a palavra para a gente continuar, deputado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Delegado Camargo. Convido agora para fazer uso da fala, pelo prazo de sete minutos, o vereador dessa capital, Marcos Combate. **(manifestações da galeria)**

Vereador, sete minutos.

O SR. MARCOS COMBATE - Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente, Deputado Eyder Brasil, o Deputado Delegado Camargo e Deputado Pedro Fernandes.

Cumprimento o ex-deputado Jesuino Boabaid.

Comprimeto a Vereadora Sofia Andrade, minha colega; o meu colega Vereador Fernando Silva. E a todos vocês que aqui se encontram, especialmente da segurança pública do Município de Porto Velho.

Cumprimento também o Coronel Braguin.

Cumprimento a todos da segurança pública, especialmente os PMs, porque estamos enfrentando um debate muito crítico. Tenho falado da realidade, inclusive já me posicionei a respeito. Nós temos vários colegas da segurança pública, vários deputados que entendem a fundo e gostaria de contribuir um pouco com esse debate sobre o que está acontecendo, sobre a realidade que nós estamos vivendo.

Infelizmente, a nossa capital Porto Velho – e não só a capital de Porto Velho, mas também a de outros Estados – está à mercê das facções. E nós sabemos, de fato, quem é que acaba combatendo na ponta, quem coloca a sua vida em risco para defender quem mais importa, que são os cidadãos, as nossas famílias, quem sai de casa sem saber se vai voltar. Nós sabemos que são os praças.

E esses dois Projetos de Lei, eu não tenho a mínima dúvida de esses Projetos de Lei – o Coronel Braguin, viajando nas suas viagens pagas às custas do dinheiro do contribuinte, pagas com dinheiro público – foi lá, pegou e colocou no "Ctrl C" e no "Ctrl V" os dois Projetos de Leis.

Eu entendo muito bem, porque eu sei realmente como o praça não pode se posicionar, porque, se ele falar, é processado, é punido, é perseguido, é colocado em outras delegacias, em outros comandos. Se ele falar. E eu sei como funciona isso, porque quando a gente denuncia algo: "não é do fulano", "mas o fulano vai

mandar invadir tua casa”, “mas, com o fulano, toma cuidado”.

Então, infelizmente, nós estamos enfrentando o sistema, porque o sistema procura para se autobeneficiar. E nós sabemos que os dois Projetos de Lei que tratam aqui são duas minutas de Projeto de Lei: uma que é dos oficiais e praças da Polícia Militar, e a segundo trata da organização básica da Polícia Militar de Rondônia, revogando a lei atual e reorganizando toda a estrutura da corporativa. Mas nós sabemos que quem vai ser beneficiado são os que estão dentro da estrutura administrativa. São os que vão ser beneficiados com jetons e cargos comissionados que vão ter altos salários.

E quem está na ponta, que vive com menos de R\$ 6.000,00, enfrenta o dia a dia correndo risco de levar um tiro, de ir para dentro do Hospital João Paulo II porque não tem um plano de saúde, enfrentando dificuldade financeira dentro de casa porque não tem dinheiro para pagar uma escola boa para os filhos, sofrendo com depressão dentro de casa, problemas financeiros.

E nós sabemos o que causa mais problemas emocionais é a crise financeira dentro de casa. E isso está infiltrado dentro da segurança pública do Estado de Rondônia.

Então, nós temos que valorizar quem está na ponta, que são os praças que estão na linha de frente para defender nossas famílias.

E quando eu fui falar em defesa dos empresários da Avenida Sete de Setembro, em um vídeo falando sobre a criminalidade – inclusive quero falar sobre o Comandante Wellington, que esteve conosco em uma Audiência Pública, que nos explicou perfeitamente, e tenho minha admiração pelo senhor –, o Coronel Braguin foi para a rede social me criticar, dizendo que eu não entendo de segurança pública, fazendo politicagem usando o cargo, que ele deveria estar beneficiando os praças, para ajudar, unir as forças e combater o crime organizado.

Foi fazer politicagem, porque sabe que este vereador independente é comentado em todo o Estado de Rondônia, e quis subir as minhas custas. Gravando um vídeo isolado, dizendo que eu não entendo de segurança pública. Realmente, ele falou com propriedade, mas, se ele conseguir mudar a lei do Estado e permitir que um civil assuma a segurança pública, eu faria mais pelos praças do que ele fez em todo esse tempo que ele está. Então, para contribuir, ontem ele disse que não estaria aqui, mas ele está. Se eu fosse o senhor, na sua posição, eu enfrentaria uma improbabilidade administrativa, mas eu não viria, porque o que o senhor fala não se escreve para o dia seguinte. Então, o senhor tem que respeitar esta Casa de Leis.

Quero parabenizar todos os deputados que acompanharam o deputado da oposição, Deputado Delegado Camargo, para estar aqui. Parabenizá-los pela atuação.

E pode contar comigo, porque a gente está junto para defender principalmente quem importa. Que Deus abençoe a todos.

Muito obrigado, deputado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Vereador Marcos Combate.

Convido agora para fazer uso da palavra, por sete minutos, sem aparte, a Vereadora de Porto Velho, Presidente da Comissão de Segurança, Sofia Andrade.

A SRA. SOFIA ANDRADE - Boa tarde a todos.

Agradecer a Deus por essa oportunidade. É um prazer, senhores, voltar aqui, Presidente Eyder, como vereadora, porque há pouco tempo atrás...

Cumprimento a Mesa em nome do nosso Deputado Eyder Brasil, meu colega de partido; nosso Deputado Delegado Camargo, meu amigo, que foi meu patrão, trabalhei aqui como Assessora do Deputado Delegado Camargo, muito me orgulho.

Meu amigo e representante da Polícia Militar, Vereador Fernando Silva, que tem feito um excelente trabalho. Dentro das nossas limitações como vereadores, mas o que nós podemos fazer pela Polícia Militar, pelos Bombeiros Militares e, em especial, pelos praças do Estado de Rondônia, nós temos buscado fazer. A gente sabe que o trabalho do vereador é muito limitado dentro da segurança pública, mas nós temos nos dedicado a isso.

E agradeço a parceria do Vereador Fernando Silva dentro da tropa. Vereador, pode saber que a tropa vai saber lhe honrar no momento oportuno. Agradecer aqui a fala do colega Vereador Marcos Combate. E dizer, vereador, que o senhor é um representante do povo e nenhum servidor público, seja ele o cargo que quer que ele ocupe, tem o direito de dizer que o senhor não entende o que está falando, principalmente quando não faz bem feito o trabalho pelo qual ele é pago. Então, parabéns pelo seu trabalho.

Senhores, hoje nós estamos aqui para debater algo que mais uma vez não seria debatido, porque ia passar por debaixo dos panos, porque talvez não desse tempo de ser manipulado como foi a malfadada “manga”. Então, não foi por um infortúnio, Coronel Braguin, que vazou no WhatsApp, foi por uma bênção de Deus que, mais uma vez, esse Governo do Estado de Rondônia não trouxe um prejuízo aos praças por debaixo dos panos, assim como foi a “manga”.

Nós estávamos aqui pedindo para não sancionar, porque eu tenho uma máxima na minha vida, você acredita no mentiroso uma vez, duas é burrice. E lá nós pedíamos: “Não sancionem.” E eu vi homens e mulheres honrados, oficiais, praças honrados, pedindo para aumentar um imposto para um benefício pessoal. Isso é uma vergonha. Naquele momento os senhores me envergonharam de baixo acima.

Muitos iludidos. Quando você olha para um coronel, para um Governador Coronel, você se espelha, você admira. Mas quando você é enganado, usado. Os senhores foram usados, não se deixem mais serem usados. Quando eu vejo homens e mulheres que têm capacidade de enfrentar a criminalidade, se deixaram ser usados por um cara que choraminga, é vergonhoso, senhores.

E o poder é passageiro. Governos são passageiros, quem

permanece é a sociedade. Os senhores fizeram com que fosse aumentado um imposto aqui dentro porque deputado algum votaria contra em um plenário lotado de oficiais e alguns praças pedindo para sancionar e vergonhosamente nós tivemos um ICMS aumentado. Pedindo para que fosse aumentado, e os deputados simplesmente ouviram os senhores.

E hoje nós estamos aqui mais uma vez porque não foram ouvidos os praças, ou talvez, Coronel Braguin, a gente esteja fazendo a injustiça e talvez foram ouvidos algumas associações, como foi, Deputado Delegado Camargo, lá atrás. Talvez foram ouvidos os amigos dos amigos, e a gente não sabe. Pelo que eu vi de movimentação, de conversas, de coleguismos aqui, eu acho que foi ouvido alguns amiguinhos praças. Eu achei que foi. Mas, novamente, não aqueles que estão com cargo dentro do CPA, não aqueles que estão sendo beneficiados de forma financeira com o Governo do Estado.

Só que isso é passageiro, senhores. E a gente está debatendo a vida de vocês. A gente está debatendo desde a hora que você entra na Polícia Militar até a hora que você se aposenta e vai para a sua casa. E como debater algo tão sério sem chamar os praças para a conversa? E aqui eu não quero de maneira alguma tirar o mérito dos nossos oficiais, porque eu tenho diversos amigos pessoais, que frequentam minha casa, que são oficiais. E são homens e mulheres honrados, mas que obedecem a um comando. Obedecem a um comando. E quando o comando é dado, ele só tem que obedecer. E nós temos visto a postura do Comando no Estado de Rondônia, afrontando até a Casa Legislativa maior do Estado. Isso é uma vergonha, senhores. Isso é temeroso, senhores. Nós estamos aqui, eu como vereadora e os deputados como deputados, porque fomos eleitos. Quer ir para a urna? Vai e seja testado. E eu quero que vá, eu quero que todos vão. Tem vontade? Vá para a urna, meu amigo, porque é doído. E a urna responde aos traidores. Respondeu agora na eleição passada e vai responder na próxima.

Quem mais uma vez trair os praças vai ter milhares, não de apoiadores, mas de pessoas que vão trabalhar diuturnamente contra esses pré-candidatos a governo, pré-candidatos a deputados, que estão mais uma vez querendo benefício pessoal nas costas de quem, de fato, entrega a segurança pública para o Estado de Rondônia. Só para pontuar aqui, concluir, não vou me alongar meu deputado, eu quero deixar um abraço especial para o meu amigo Valdinei, porque ver um praça vir aqui e falar o que ele falou, com a coragem que ele falou, é para poucos. É para poucos. Sem pretensão política, está bem? Não é candidato a nada, não. Mas é um cara que lá atrás me chamou e falou: "Sofia, vamos abrir uma associação.", quando enfiaram uma manga podre goela abaixo dos praças dentro do Estado de Rondônia. E hoje, a nossa associação é a segunda maior associação de praças da polícia e dos bombeiros militares do Estado de Rondônia. Uma resposta à indignação que os senhores causaram à tropa no Estado de Rondônia.

E quando nós estamos aqui discutindo, não vou falar

dos benefícios dos oficiais, porque eu concordo que eles têm que ter, porque se eles são oficiais, eles fizeram por merecer para estar ali. Agora, nós não podemos buscar um benefício para nós e esquecer do coleguinha que está ralando dentro de uma viatura, que é uma vergonha que agora compraram uns "renaultzinhos" desse tamanho, para uns homens desse tamanho andarem com as pernas assim, dentro de um carro. Nem isso! É um detalhe, mas é que quando você pensa no cara que está dentro da viatura, você pensa no detalhe, meu amigo. Você olha para o detalhe.

Então, eu quero dizer aqui para os senhores, que ver mais uma vez, um projeto chegar nesta Casa, na calada da noite... E eu fui processada por chamar alguém de "sorrateiro". Imagino o que é "sorrateiro". O senhor sabe o que significa, quando um projeto chega de forma sorrateira, não é?

Mais uma vez chegou um projetinho assim aqui nesta Casa. Mas nós estamos sempre atentos. Vocês podem contar com o meu mandato, com a minha voz, com o meu amigo Valdinei, com a Umir. Filiem-se, senhores. Tenham representatividade.

E aqui eu quero fazer justiça ao Deputado Delegado Camargo, quando ele foi interpelado, "que esse não era o seu quadrado", deputado. Qualquer quadrado é o quadrado de um parlamentar. E quem quer dizer o contrário, vá para a urna e veja se você tem culhão para ser eleito. Muito obrigada.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Vereadora Sofia Andrade, pela sua contribuição. Passamos agora a ouvir o vereador dessa capital, o Vereador Fernando Silva, pelo prazo de sete minutos, sem aparte.

O SR. FERNANDO SILVA - Boa tarde, senhoras e senhores. Quero aqui cumprimentar o nosso Deputado Delegado Camargo, por meio do qual eu cumprimento toda a Mesa.

Quero dizer aqui, Vereadora Sofia, que suas palavras são as minhas. Se eu não tivesse vindo aqui, a senhora já teria me representado.

Pessoal, o Comandante-Geral falou que não viria; veio, não é? Já viu que não se manda, não é? O Parlamento é soberano. Vai vir e veio e está sentado aí, ó.

Senhores, o Coronel Carlos Gomes falou que ouviu mil pessoas sobre a proposta que mexe com a carreira dos policiais militares. Aqui tem vários policiais militares, a grande maioria são oficiais, porque os praças não podem vir, sabe que são proibidos de vir, se vierem vão ser punidos.

Quero perguntar se algum praça foi ouvido aqui sobre essa Lei de Promoções? Algum praça foi ouvido? Porque, de mil praças, não é possível que não tenha um que falou: "Ó, eu fui ouvido e, pra mim, está tudo certo." Não tem, senhores. Não tem um. Não tem um? Nenhum? Nenhum pessoal da Sedesc? Não tem também? Então tá.

Quero falar para o senhor, Coronel Braguin, que o

senhor nunca foi soldado. O senhor não sabe o que é um soldado. O senhor fala que é soldado da boca para fora. Para o senhor se autopromover, igual o senhor está fazendo usando a farda; porque o policial militar que foi lá falar que era contra o aumento ou contra o aumento que não veio, está sendo punido. Ele foi falar da "manga" podre.

E o senhor aparece lá em Brasília com uma arminha, fardado, representando um partido político? O senhor sabe que isso é proibido na Instituição Polícia Militar? O senhor usar farda, o senhor usar instituição "policial militar" para se autopromover? Os Praças estão sendo punidos. E o oficial, quem é que vai punir? Quem é que vai punir o Coronel Braguin? Quem é? Quem vai punir? Senhores, a gente está aqui para poder falar de uma tropa que vive oprimida. Os praças da Polícia Militar, senhores, hoje eles vivem em opressão. Eu tenho muitos amigos que são proibidos de ir no meu gabinete, que é a Casa do povo, porque o senhor proibiu esses policiais militares de me visitarem.

Eu passei a minha vida inteira na COE, no Batalhão de Choque. Hoje, eu sou proibido de entrar dentro daquela casa. Minha casa, senhores. Onde eu fiz curso. Curso de Operações de Choque, curso de assalto tático, curso de paraquedismo policial. Foi a minha vida inteira. Eu sempre ajudei os policiais militares em tudo. Hoje, os policiais militares são proibidos de ir até o meu gabinete para poder pedir uma ajuda, porque o Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar, Braguin de Moraes, não deixa os policiais militares irem.

Por isso, senhores. Por isso. É uma ditadura dentro da Polícia Militar. Ele sabe do que eu estou falando. Eu fiz recentemente algumas denúncias em que o Comandante do Batalhão foi exonerado, lá do BPFron (Batalhão de Polícia de Fronteira e Divisas). Mas me perguntem, senhores, para onde foi esse comandante? Vocês acham que ele caiu? Caiu para cima. Se fosse um praça, se fosse um sargento da Polícia Militar, ele estaria preso até hoje, porque não teria dinheiro para poder pagar advogado. Como ele é amigo pessoal do Senhor Comandante-Geral, ele caiu para cima.

Vê se isso é possível. Fiz uma denúncia no Ministério Público, levei toda a documentação para que se apure os fatos. Já que a gente fala, fala, fala e as coisas não acontecem, eu tive que ir no Ministério Público.

Ontem, esse Comandante-Geral afrontou esta Casa de Leis falando que não viria aqui, bateu o pé, cruzou o braço e disse que ninguém traria ele para cá. E ele está aqui sentado hoje. É para o senhor ver que o senhor não se governa, Senhor Coronel Braguin. O senhor ainda não é ministro do STF. Quando o senhor chegar a esse cargo, pode ser que o senhor tenha essa capacidade, mas ainda não. Ainda não.

Senhores, a Polícia Militar é o único local em que promoção é sinônimo de medo. Quando fala que o cabo vai ser 3º sargento da Polícia Militar, ele fica com medo. "Meu Deus do céu, eu vou ser promovido". Em vez de ser o contrário, de o policial militar ficar feliz, ele fica triste, deputado. Fica triste, porque ele mora

lá em Chupinguaia e ele fala: "Meu Deus, quando eu for promovido, que eu for 3º sargento, eu vou ter que abandonar o meu local de trabalho".

É o único local que você é promovido e o sinônimo da promoção vem medo, vem angústia, porque ele não sabe o que vai acontecer lá na frente. Eu ia fazer essa pergunta aqui, mas não vou falar, porque a minha amiga Sofia já falou sobre isso.

O deputado falou em um assunto, em aumentar o valor da Derso. Senhores, ninguém aqui está pedindo aumento de Derso nenhum. Muito pelo contrário, os policiais militares clamam dia e noite para que a Derso acabe. Os policiais militares estão cansados, estão doentes de tanto trabalhar, de tanto fazer Derso.

A gente não está aqui para poder pedir aumento da Derso. Se fosse R\$ 100,00 eu tenho certeza que o policial militar preferiria que esse valor fosse colocado no soldo, que esse valor fosse colocado em uma gratificação. Deputado, a gente está morrendo de trabalhar. Os policiais militares não têm mais paz. É dia e noite dentro de uma viatura para poder fazer o policiamento e fazer a segurança da nossa sociedade.

Faça uma enquête, faça uma pergunta a esses policiais militares, se eles realmente querem essa Derso. Pergunte. Um fato curioso, vocês sabiam que o tempo médio que demora para um tenente chegar até o posto de coronel é, em média, de 17 anos? Vocês sabiam disso? Enquanto que para o praça, eu já vi vários policiais militares se aposentando como 3º sargento, porque não consegue chegar a subtenente "nem a pau". Sempre que chega, está travado o quadro. Sempre que chega, não tem vaga. Sempre que chega, ele não consegue ser promovido.

Aí vem uma lei dessas, colocando critérios de a cada cinco anos para poder ter a promoção. E falando que esses critérios não vão atingir os praças da ativa. Eu tenho dois filhos e eu tenho o sonho que eles sejam policiais militares. Quer dizer que para mim, que eu estou dentro da farda, está tudo certo, e quem está lá fora eu quero que se exploda?

Não, senhores. A visão do Comando-Geral tem que ser uma visão ampla, uma visão para todos os policiais militares, não só quem está aqui agora na caserna, não, mas também aqueles que, lá no futuro, vão entrar aqui e vão estar trabalhando junto com a gente, Vereadora Sofia.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Para concluir, Fernando.

O SR. FERNANDO SILVA - Só mais um minutinho. Eu quero falar aqui agora, a Lei de Promoções trata critérios que a cada cinco anos tem uma promoção. Quero aqui fazer um adendo, que a gente até aceita que a cada cinco anos tenha essa promoção, sim, mas que o soldado, quando ele atingir os cinco anos da promoção de cabo, não havendo a vaga, ele ganhe o soldo de cabo, ele ganhe o soldo de cabo. E a divisa? A divisa vem depois, quando tiver a vaga, senhores. Para o praça,

para o policial militar, o que importa é o que ele tem aqui no bolso agora.

Então, a gente vem propor, pede para que os deputados estaduais desta Casa venham propor essa lei, para que seja, sim, a cada cinco anos, mas que quando esse policial militar chegar a cada cinco anos, ele realmente receba o soldo da graduação posterior.

E, para finalizar aqui, a gente faz uma sugestão ao Coronel Vital, ao Coronel Braguin e ao Governador do Estado de Rondônia. Hoje, praticamente todos os policiais militares fazem Derso. E o Estado fala que não tem dinheiro para poder dar aumento nem gratificação. Pega todo esse valor que os policiais militares trabalham durante o mês, junta tudo e divide por todos os praças da Polícia Militar. Pronto, o problema está resolvido.

Pergunte a qualquer praça se ele não quer receber a Derso sem poder trabalhar. Todos vão aceitar. Então é mais uma de nossas ideias para que venha ajudar verdadeiramente o praça.

Quero agradecer a oportunidade. Eu quero falar, para finalizar, ao Coronel Braguin, que anda falando meu nome por aí. No início do ano, falou algumas coisas de forma pessoal. E, já que é para falar do pessoal, eu quero dizer aqui ao senhor que o senhor é um comandante ditador. **(parte do discurso retirado por determinação do Presidente)**

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Vereador, eu vou pedir que o senhor encerre suas palavras, porque o objetivo dessa Audiência Pública é para tratar sobre a LOB e a Lei de Promoções.

O SR. FERNANDO SILVA – Posso finalizar?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Esse caráter...

O SR. FERNANDO SILVA – Posso finalizar, por favor?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Eu estou falando, só um instante. Eu sou o Presidente.

O SR. FERNANDO SILVA – Posso finalizar?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Só um instante. Só um instante.

Essa Casa não vai se ater a problemas pessoais, vereador. O senhor vai fazer isso lá na Câmara Municipal. Essa Casa aqui preza pelo respeito. **(manifestações da galeria)**

Esta Casa aqui não vai servir de palco para politicagem de A ou de B. Da mesma forma que eu falei acerca da atitude do deputado, que é meu amigo, Deputado Delegado Camargo, nós não iremos permitir que aqui seja pautado politicagens.

O senhor está com a sua fala encerrada. Eu peço à Assessoria que pegue o microfone.

Vai encerrar a sua fala. Aqui não é lugar de politicagem.

Aqui não é lugar de fazer palanque.

Se o senhor tem problema pessoal com o Comandante-Geral, vai tratar fora dessa Casa ou, então lá na Câmara Municipal. Infelizmente, o senhor usou isso na hora errada. **(manifestações da galeria)**

Nós não iremos permitir esse tipo de coisa aqui neste Parlamento. Aqui nós não iremos baixar o nível.

O Presidente Deputado Alex Redano, convocou esta Audiência para tratarmos acerca da LOB e da Lei de Promoção. Se o senhor tem alguma coisa pessoal contra o Comandante-Geral, a Justiça está aí para lhe amparar. Nós não seremos palco para isso. Talvez, se lá na Câmara Municipal as coisas sejam tratadas dessa forma, aqui nesse Parlamento, não.

Eu peço à Taquigrafia que, por favor, retire do registro desta Casa... Esta Casa não pode compactuar com esse tipo de coisa.

Com a palavra, por tempo de sete minutos, o Comandante-Geral, Coronel Regis Braguin.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Vossa Excelência, Deputado Eyder Brasil, por favor ...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Com a palavra o Comandante-Geral Coronel Regis Braguin. Após a fala, o senhor fala, deputado.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Após a fala.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Após a fala do Coronel. **(manifestações da galeria)**

Eu peço ao nosso policiamento legislativo que busque identificar as pessoas que estão fazendo com que esta Audiência Pública se torne indigna, indigna para que nós possamos manter o decoro desta Casa de Leis e manter o respeito.

Com a palavra, por sete minutos, Comandante-Geral Coronel Regis Braguin. **(manifestações da galeria)**

O Deputado Alex Redano pediu que nós mantivéssemos o respeito para com todos que fossem falar aqui. De forma alguma a gente está obstruindo, ninguém está obstruindo o povo de se manifestar. Mas estão interrompendo. Interrompendo e a pessoa não pode falar?

Com a palavra, Comandante-Geral Coronel Regis Braguin. **(manifestações da galeria)**

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO - Bem, senhoras e senhores, procurando fazer uso da palavra, muitas pessoas aqui manifestaram apontamentos sobre os Projetos de Lei, tanto a LOB quanto a Lei de Promoção.

Eu tenho tomado notas de grande parte de tudo isso. Nossa equipe e nossa comissão também estão anotando tudo, para que a gente possa fazer as análises, como foi dito desde o início.

Também fui muito atacado aqui neste período, o que eu acho um pesar. Não ataquei ninguém aqui. E quero aproveitar e agradecer a presença da minha

advogada, Doutora Yasmini, que também representa as prerrogativas dos advogados da Ordem do Brasil em Rondônia. Obrigado pelas orientações e pelo apoio.

Aos oficiais que estão aqui, aos praças também, todos que estão aqui.

Sobre alguns ataques, neste momento não vou perder o tempo. Os senhores estão botando muito o que interessa, que são as prevalências do direito dos senhores e daquilo que pode melhorar.

Há alguns, como o Vereador Celestino, que, sob o meu comando, foi um policial lá do Choque. Nunca o maltratei. Nunca o maltratei. Depois que eu assumi o comando e ele como vereador, comecei a receber ataques.

Então, Vereador Celestino quero dizer para você que você receberá interpelação judicial sobre tudo que você acusou. Ok?

Sobre a questão da Assembleia, os ataques, é importante, até em respeito a todos os deputados que estão aqui, inclusive ao Deputado Delegado Camargo, que é o ponto polêmico nesses dias dessa semana. Vários vídeos de ataques. De ataques, deputado. Tudo bem. Tudo bem. Estou sendo atacado. Vamos lá.

E é importante frisar também que ele não aceitou a pronúncia que eu fiz sobre ficar no seu quadrado. Partiu com um Requerimento na Sessão, fazendo a convocação para esta audiência. Então, colocando a ordem dos fatos, aquele momento do meu pronunciamento era um convite à audiência. E ali nós iríamos. O Deputado Alex Redano, muito assertivamente, um grande líder, pessoa sensata, tomou a iniciativa já antecipando para mediar toda essa questão. E é um desgaste que eu acho um pesar, não gostaria que nenhum de vocês estivesse passando por isso. Mas, depois dos ataques proferidos em Sessão, pelo Deputado Delegado Camargo, eu manifestei aquele vídeo.

Sobre falar para o Deputado Delegado Camargo ficar no seu quadrado, nunca foi uma conotação de atacar os deputados, pelo amor de Deus. Dois anos e meio no Comando, tratando bem todo mundo, recebendo, ajudando, fazendo apoio aos deputados. E também nunca foi da minha intenção atacar a Assembleia. Jamais. Nem vai ser.

Mas eu posso, sim, para não deixar nenhuma questão, nenhuma aresta entre nós, manifestar esse receito e a gente retrocede e corrige. Então, eu falo, Deputado Delegado Camargo, cuide da sua categoria. Então, a manifestação a gente enquadra para isso. Mas, eu só estou manifestando. Só estou manifestando. Dona Jandira, vamos honrar o seu nome.

Vamos lá. Muito bem. Então, também foi um acinte. A gente vê um parlamentar incitando essas questões que são realmente polêmicas, discutíveis. São horas de estudos e até para você aprender a entender todo esse Projeto de Lei. Não é fácil. Nem todos nós dominamos tudo, não é verdade? E isso causa um ânimo.

Mas, para nós, militares, oficiais, que nós comandamos, e eu como Comandante Maior, e comecei lá embaixo no chão de fábrica, soldado, a gente não pode também deixar incitar uma tropa. São homens e mulheres armados

que também têm famílias que estão sofrendo também, querem a melhoria salarial. O PL (Projeto de Lei) da LOB e Lei de Promoção é só uma parte de tudo aquilo que a gente quer melhorar. O auxílio médico, auxílio de saúde falado pelo tenente, são tantas necessidades que nós também queremos melhorar.

Nós temos lá em nosso Comando uma série de pacotes de acréscimos: gratificação rádio patrulha para o serviço operacional, tantas outras coisas, localidade especial, mas tudo isso vai causar impacto, tem que ter dinheiro. E, nesse ponto, eu também gostaria de trazer que, chegando lá, sobre o dinheiro, então, o que eu esperei do Deputado Delegado Camargo, Delegado de Polícia, mas que também serviu o Exército. Eu me lembro de uma vez, quando ele começou a carreira, a gente foi contemporâneo no Vale do Jamari, ele delegado, eu aspirante, tenente, ali novinho também. Ele chegou um tempo depois, mostrando muito serviço.

E, certa vez, ele também foi em uma ocorrência que teve, acho que 2011 ocorrência lá em Cujubim de assalto a banco, foi lá no quartel pediu fuzil emprestado, falou que era de Cavalaria, Exército, pessoal armeiro que saiu correndo atrás dele para levar os carregadores que ele esqueceu e entregou para ele. Então, assim, ele sabe como é a caserna.

Eu esperava que, como militar, você pegar aquele clamor do policial que quer melhoria e você incitar ele contra o Comando, como se os coronéis só querem benefício, isso não é uma conduta de um militar, de um patriota. E você também citar a discórdia não vai construir nada. Pois bem, feito isso, a gente também se manifestou. Vai cuidar da sua categoria. Agora corrigindo, é ao Deputado Delegado Camargo, nada mais que isso. Mas depois de lá para cá também uma série de acusações.

Mas, tudo bem, senhores, vamos lá. Todas as melhorias que nós temos aqui, todas as melhorias que nós buscamos, e estão usando até mesmo aqui o realinhamento salarial para falar que agora é o mesmo processo do realinhamento salarial, chamando o realinhamento salarial pejorativamente de "manga". Uma coisa é você respeitar a frustração, e eu respeito, você saber que tem muita coisa que melhorar. Mas outra coisa é você ter orçamento, obedecer a lei com o orçamento que tem e distribuir isso.

Eu, até então, enquanto Comandante-Geral, vou assumir o meu espaço dessa história. Fiquei expectante, torci, mas o orçamento de salário não circuita dentro da PM, é da Secretaria de Segurança para cima. E eu fiquei torcendo para ser o melhor possível. Compromisso do Governador do Estado, fazer o realinhamento, equiparação das carreiras, e nós sempre perdemos para a Polícia Civil, equiparou.

Então, por isso que nós estamos juntos lá em cima também. Talvez, além do desagrado da parte da tropa com relação ao realinhamento, pode ser estendido também aos policiais civis, a gente não sabe. A diferença é como isso é expresso, é expresso na negociação de melhorias de categoria. E aí eu respeito o trabalho de cada um.

Bom, nesse sentido, senhoras e senhores, eu mesmo, Comandante-Geral, assumo a participação de torcer. O realinhamento aconteceu, eu torci, lutei muito para que tudo isso acontecesse, foi um avanço. E o que eu entendo, enquanto gestor de segurança pública, é que foi um bilhão e meio de impacto. E isso foi colocado, questionado no Tribunal de Contas, contas com ressalva ao Governo do Estado por esse período.

Então, não foi fácil. Até onde me chegou também o conhecimento, o próprio Governo do Estado de São Paulo, quando também fez investimento de R\$ 1,5 bilhão, usou em aumento salarial e concurso. Aqui foi só aumento salarial para todas as categorias, Sejus e tudo mais. Então, o Governador teve uma leitura de gestor do compromisso de melhorar essa categoria.

E aí eu quero aqui só avançar sobre isso.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para concluir, Comandante.

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO - Nós temos aqui, senhor deputado, alguns números.

Bem, questão de promoção, as vagas. O que eu quero dizer, senhoras e senhores, o anexo, pois bem, foi apresentado pelo Jesuíno.

Senhores, está muito tranquilo, eu vou falar de novo tudo aquilo que eu falei no começo. Se for para acrescentar, diminuir ou retirar ou arquivar, está tudo bem. Mas tudo que acrescentar, se gerar impacto, tem que ser calculado. Anexo com fixação de vagas aumenta, tem impacto, tem que ser calculado. Se for para o projeto andar assim, não tem problema nenhum.

Não tem problema nenhum. A gente vai trabalhar dessa forma. Mas eu quero deixar aqui o mais claro possível. Antes de finalizar, agora sim, finalizando.

Nossa comissão está pronta, a gente pode atender as associações, fazer as comissões lá, chamar os praças, não tem problema. Vamos avançar nesse ponto. Está acatado. Está bom? Vamos reunir as associações, vamos apresentar ao governo, ver a avaliação. O governo é que sabe o quanto isso tudo vai custar, tanto no ambiente político e tudo mais.

E lamento que a gente chegou dessa forma aqui, mas pelo menos tem um jogo político, está tudo certo, cada um usando suas atribuições. Eu vi alguns exageros, alguns ataques que eu não acho necessários, mas eu vou procurar manter essa postura, independente de algumas coisas, e aquilo que eu não concordo, eu faço interpelação judicial. É um direito que todos nós temos aqui.

Sobre ser ditador, comecei soldado. Quem era o comandante anterior a mim? E como eu fui como soldado? E os requerimentos de aceitação de alguns pedidos que a gente tem aceitado? Se comparar com o passado, quem mais tem feito? Eu posso mostrar algumas coisas, mas eu vou ficar aqui porque passou o tempo. Mas, de 2019, nesse governo, nós tivemos em torno de 6.506 promoções.

Então, quando a gente faz... Há 10 anos, 11 anos, que é

o tempo do último concurso, a gente superou. O mesmo período compatível. Então, esse governo fez muito mais que o passado. E nós temos outros números que eu poderia falar. Enquanto meu comando, os números são, graças ao comando que nós temos, junto à tropa que trabalha muito bem.

Nós temos aumento de 60% de produtividade e nós estamos com índices, principalmente aqueles índices que a sociedade acompanha. Roubo, furto, que é o que mais teme a sociedade, além do homicídio, deixa desesperado. Nós estamos com índices abaixo do período de pandemia. Isso nunca houve e é o melhor período dos últimos 11 anos. De 2023 para cá.

E isso são números que a gente pode mostrar sem problema nenhum. E que a gente faz prestação de contas para a sociedade. Servir, trabalhar, buscar melhoria com dignidade, sem ofensa.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para concluir, Comandante.

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO

- E concluindo, senhoras e senhores, acho que a gente pode sempre conversar, e eu espero que esse tipo de desgaste, que não parta para ofensa, divisão de família, seja desnecessário. Nunca passou da minha parte a iniciativa de partir e ofender ninguém; muitas vezes atacado, o tempo todo, ofício do comando. Mas eu procuro sempre ser um cara digno. Esse tem sido o nosso trabalho, é assim que a gente vai continuar.

Agradeço a presença da comissão, agradeço a presença de todos que estão aqui, me coloco à disposição para que a gente possa avançar nesse passo. Independente do ritmo, conversando com todos, a gente adota o ritmo conversado e segue em frente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Comandante Braguin.

Com a palavra agora, por sete minutos, sem aparte, o Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES – Boa tarde a todos. Quero agradecer a Deus por essa oportunidade que estamos tendo aqui, porque nós estamos debatendo um tema tão importante para as nossas forças de segurança. Eu sou um cidadão comum e fiquei aqui ouvindo tudo até agora. E observo que nós tivemos hoje uma oportunidade muito grande. Fui prefeito por dois mandatos no Município de Cujubim e na política, a coisa não é fácil. E a gente tem que ter a oposição. A oposição acaba ajudando a evolução.

O Coronel Braguin está aqui, veio aqui e prestou todos os esclarecimentos. A gente também tem que reconhecer que a sensação de segurança no Estado melhorou mesmo. Isso aí eu falo porque estou lá na base também. A gente sabe que não é só pelo Comandante-Geral, é a polícia, os policiais que estão lá na base. Vocês entenderam?

Eu estou aqui, gente. Eu estava ouvindo tudo. Eu sei

que vocês têm um lado, tem a parte emocional de tudo isso, mas nós não podemos levar tudo para o lado da politicagem, porque isso acaba prejudicando os próprios policiais. Fica um puxa e encolhe, todo mundo querendo abraçar. Mas vamos para as coisas mais efetivas.

Eu sou um político, a minha forma de trabalhar... Eu me tornei prefeito da minha cidade para ajudar a minha cidade, que era um caos total. O Município de Cujubim, quem vinha falar dele, falava: "Vixe, isso aqui não presta para mais nada". E eu tive muita oposição também. E a oposição é o que eu estou falando aqui.

Eu peço aqui ao Coronel Braguin, não leve isso para dentro do seu coração, receba isso como uma forma, que o senhor agora tem a oportunidade de avaliar as questões que foram propostas aqui, de montar essa comissão; para que nós não percamos essa oportunidade de o Governador fazer esse trabalho.

Eu sei que todos que trabalharam nesse Projeto de Lei se dedicaram, fizeram um trabalho. A gente não pode desmerecer ninguém aqui, mas a gente precisa olhar os praças. Foi pedido, retornou para o senhor o ofício para montar a comissão. Eu peço ao senhor aqui que o Governo do Estado faça isso.

E quero pedir também, Coronel, com carinho, a questão da anistia, para que o Governo do Estado elabore, pense direitinho e encaminhe para esta Casa esse Projeto de Lei para que a gente possa pacificar essa situação toda, porque vem criando... A gente escuta a base, escuta os policiais na base.

Então eu, hoje, fiz questão de vir aqui. Eu sei que tem vários parlamentares que são da área de segurança. Eu não quero aqui entrar na área de ninguém, ocupar espaço de ninguém, respeito a todos. Mas eu acho que nós precisamos sair daqui com proposições efetivas e positivas para todos nós sairmos ganhando; para o povo do Estado de Rondônia saia ganhando e para que a nossa polícia da base tenha a satisfação de estar na rua, batalhando, trabalhando.

A gente conhece vários policiais, sabe do trabalho da polícia que tem sido feito no Estado de Rondônia. E a Polícia Militar, não é porque estou aqui e quero puxar sardinha, mas é a polícia que está em todo lugar. Onde tem um distrito, onde tem uma vila, é a polícia que chega em qualquer ação, é o policial militar.

E ele tem que ser psicólogo, tem que ser tudo na vida, não é? Chega lá ele tem que aquecer briga de casal, é um negócio, é outro. Então, se a pessoa trouxe para ele tudo o que ele passa no dia a dia dele, cria um trauma psicológico, às vezes, irreversível.

Então, nós temos que realmente pensar. E a Casa aqui, com a vinda do Coronel, trouxe o nosso respaldo. Agradecer aqui a todos por essa presença e as informações. Então, é para isso que a gente está aqui, para achar um bom senso.

Então, esses são os dois pedidos que eu faço nessa audiência: que a gente trate da anistia e que a gente trate dessa lei. E eu ouvi aqui, porque eu quero votar essa lei com consciência, para a gente não correr nenhum risco na hora do nosso voto, para eu ter segurança e dar

o meu voto por todos os colegas que estão aqui. Pela Vereadora Sofia, pelo Jesuino, pelo Deputado Delegado Camargo, pelo coronel que está aqui presente, Coronel Braguin, pelo Deputado Eyder Brasil, por todos nós, o Fernando que está ali também. Pela Polícia do Estado de Rondônia. Eu quero dar meu voto consciente e que depois a gente não se arrependa de nada que foi feito. E que esse capital político seja para todos que participaram dessa grande discussão, debate.

E não posso esquecer aqui do Deputado Alex Redano, nosso Presidente, por ter tido essa iniciativa. Ele abre aqui as portas da Assembleia para todo o debate, ele ouve os dois lados, e isso é bom. E eu acredito que isso aqui vai ser muito bom. No futuro, a gente vai falar: "Olha, foi a melhor coisa que aconteceu". Todos os coronéis aqui, subordinados ao Comando-Geral, estão ouvindo também, sentiu a dor dos praças, de todo mundo. Então é para isso que esta Casa Legislativa existe.

Muito obrigado, Deputado Eyder Brasil. E contem sempre comigo. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Deputado Pedro Fernandes, um grande líder do diálogo e do respeito.

Quero passar a palavra, em questão de ordem, ao Coronel Braguin. Ele vai falar por três minutos, pois ele foi citado acerca da anistia, somente da anistia.

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - Senhores, é só sobre a questão da anistia.

Tem propositura do Presidente da Assembleia, Deputado Alex Redano, já pedindo indicação ao Governador. O Deputado Delegado Camargo também fez o pronunciamento pedindo, e agora também outro deputado.

Só uma dúvida, para não ficar na tropa: eu não tenho problema com relação a isso, faz parte do jogo político e a decisão final está acima da gente. Mas, a anistia de crime militar é uma lei federal. O que deve ser anistia, é de infrações administrativas. Acredito, que, talvez recaia sobre a competência estadual e tem que ser iniciado pelo Governador.

Então, é só para deixar esclarecido, para ninguém depois se frustrar lá na frente, caso haja só anistia administrativa, e o pessoal e a parte penal. Então, é uma lei federal. Apenas fazendo esse esclarecimento.

Obrigado, deputado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Coronel, pelo esclarecimento.

Com a palavra, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Todos vocês, as pessoas que nos assistem nas redes sociais, eu sou obrigado a trazer alguns esclarecimentos e eu peço que vocês prestem muita atenção de tudo aquilo que eu vou falar.

Mais uma vez o Comandante da Polícia Militar traz uma fake news aqui, e eu vou explicar o porquê. Ou fake

news, ou é despreparo para o cargo que ele está. E por que eu afirmo isso com tanta veemência?

Quando a gente fala de anistia, anistia é a atribuição do Parlamento. Isso está no art. 48, inciso VIII, da Constituição Federal. Não é do Governador. Indicação ao Governador não vale nada. Quem vota e quem pode propor é o Parlamento.

Aliás, vou dar uma aulinha aqui: a diferença entre anistia e as outras duas modalidades, graça e indulto, é que a anistia só o Parlamento pode conceder, diferentemente do indulto e da graça, que são atribuições do Presidente da República.

Então, deixando bem claro para vocês: o Governador não pode propor anistia, porque ela é concedida pelo Parlamento, conforme está na Constituição Federal. Primeira coisa. Então, vamos começar a botar o pingão nos "is".

Segundo: no tocante a eventuais interpelações judiciais, que é um direito que assiste a todo cidadão, é preciso que lembrem que, quando uma pessoa está investida de um mandato parlamentar, a Constituição Federal assegura a livre manifestação de pensamento, não pode ser processada pelas suas opiniões, palavras e votos.

Quando na defesa do interesse público – e, para mim, é muito claro que o senhor fez isso. E por que eu digo isso? Eu já vou entrar nesse assunto. Mas eu gostaria de fazer primeiro umas perguntas objetivas para não fugir do assunto. Depois a gente volta a essa pauta.

Comandante Braguin, o senhor sabe me dizer qual é o orçamento da Polícia Militar? Já que o senhor falou ali de impacto da sua gestão, o senhor sabe qual é o orçamento previsto para a Polícia Militar na Lei Orçamentária atual? O senhor sabe me responder qual é o valor?

O senhor sabe me responder? Passa ali para ele o microfone, por favor. Não, se não tiver, não tem problema. O senhor sabe responder sim ou não? Simples.

O senhor sabe responder o valor do orçamento da Polícia Militar para esse ano? O senhor sabe ou não? O que vamos votar esse ano para o ano que vem. Qual é o valor? O senhor sabe ou não?

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO
- A gente passou o valor, mas o encaminhamento da Sepog à Assembleia, pelo Governo, eu não sei.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não sabe nem quanto está previsto? Então vamos lá: desse ano. Quanto foi executado esse ano o senhor sabe?

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO
- Neste ano, nós fizemos R\$ 23 milhões previstos, suplementamos e vamos encerrar com R\$ 62 milhões. Está com R\$ 59 milhões e alguma coisa.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Então, só um pouquinho, só para eu entender aqui. O senhor está me dizendo que o valor deste ano foi R\$ 25 milhões e, do ano que vem, o senhor não sabe? É isso? O senhor mudou um projeto sem saber as despesas da sua pasta?

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO
- R\$ 23,5 milhões.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Quanto?

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO
- R\$ 23,5 milhões.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Está errado.

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO
- O valor desse ano é R\$ 23,5 milhões.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Espere. Eu estou perguntando o que o senhor planejou para a segurança pública do Estado de Rondônia, na pasta da Polícia Militar, para o ano que vem. Isso a população precisa saber.

E por que precisa saber? Calma. Por que é preciso? Porque hoje há cidades agora que têm uma viatura com dois policiais, estão andando Onix, em viaturas sem rádio. Se duvidar, vou mostrar aqui no telão. Veja, é preciso saber do planejamento financeiro. O senhor sabe me dizer o valor do ano que vem? Só os números.

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO
- Sobre as viaturas, é locação da Sesdec.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não, tudo bem.

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO
- É um processo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não, não, não. Me diga o valor do orçamento da pasta.

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO
- Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Está bom. Então vamos deixar o orçamento. Já vi quem não sabe. Vamos lá, próxima pergunta para o senhor: o senhor sabe me dizer, sob o seu comando, quantos oficiais se formaram nos últimos anos? Só um pouquinho, Coronel. Pode deixar que ele sabe responder as perguntas. É para ele. O senhor não foi convocado. Com respeito. O senhor pode me responder, por gentileza, quantos oficiais foram formados no CHOA?

O SR. REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO
- Deputado, já entendi, não vou responder.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Tá. Mas eu vou dizer o motivo da minha pergunta. Vamos lá. Só para vocês entenderem. Nos últimos dois anos, houve a formação de 24 oficiais através de concurso. O que são os CHOAs? São aqueles praças que

fazem um determinado curso para que possam ascender ao oficialato.

Nisso, foram formados 82 oficiais, em um período de seis meses. Uma academia rápida. E por que eu digo isso? Porque, quando você aproveita profissionais que já estão com experiência, já trabalham há muito tempo ali, isso economiza para o Estado.

O custo de formação é muito menor, a experiência é muito maior, ou seja, para o Estado é uma mão de obra qualificada e barata. Isso é o que acontece. Então, por que eu estou colocando isso para os senhores? Porque talvez alguns argumentam que aqueles oficiais que são oriundos do quadro de praças, como está na lei atual hoje, ele só pode ascender até a major. É o que está vigorando hoje. Se eu estiver errado, pode me corrigir, coronel.

Porém, na lei federal, que deveria ser replicada para cá, ele pode ir até tenente-coronel. E não há motivo algum, a meu ver, para que não possam ascender, até mesmo porque foram vocês mesmos que os formaram. Se deram uma formação, quero acreditar ser uma formação, ser qualificado.

(Às 18 horas e 12 minutos, o Senhor Eyder Brasil passa a presidência ao Senhor Pedro Fernandes)

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Deputado Camargo, vamos, o objeto da convocação não foi esse, vamos nos ater.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não, não, vou usar o tempo necessário. Por favor. Isso é importante, dá licença. Não estou nem na convocação. Nós não estamos na convocação, a convocação é depois. Agora é Audiência Pública. A convocação nem começou.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – É sério?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não. Não começou. Não começou, não começou. Então, por que eu estou dizendo para você... Foi tudo junto.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Mas foi tudo junto.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não foi tudo junto. São dois atos, o Presidente já falou. Encerra um e depois começa o outro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Já? Então, está bom. Eu assumi aqui a Presidência agora, eu não estou ciente disso aí.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Está bom, mas eu estou ciente. Mas eu estou. Então, veja, vou voltar ao raciocínio e só me ater às questões práticas aqui.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – É

porque o Deputado Camargo tem oportunidade aqui nesta Casa. Nós temos oportunidade aqui nesta Casa. Tem as comissões, tem várias oportunidades para ele fazer.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não, não, não. Eu quero discutir com o povo. Eles estão aqui, Deputado Pedro. Tem mais de mil pessoas nos acompanhando.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Não, nós viemos aqui para nós discutir. **(manifestações da galeria)**

Beleza, então vamos ouvir. Tudo bem. Só que eu estou falando aqui, gente, por favor, vamos parar com politicagem, com coisa que não dá futuro para o Estado de Rondônia. É isso que eu falo. Eu respeito o Deputado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não estou me sentindo desrespeitado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – E eu estou falando para ele aqui. Deputado, vamos nos ater ao tema que a gente chamou, convocou o pessoal aqui, a audiência. Porque se o senhor...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Eu estou me atendo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Se o senhor pegar aqui e ficar partindo para outros tipos de matéria. O senhor tem oportunidade.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Deixa eu continuar, por favor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Tudo bem. Eu só falo assim, a gente respeitou o senhor.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não está respeitando, deixa eu falar, dá licença. Recomeça o meu tempo. O pessoal que está nos assistindo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Mas o senhor não estava no tempo para falar. O senhor pediu um aparte, não foi?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não. É o meu tempo. Eu aguardei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Fala, então, deputado, por favor.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Deputado Eyder, já arrumei confusão aqui. Assume aí.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Então, eu

poderia ficar aqui para os senhores discutindo artigo por artigo, fazendo sugestão por sugestão, porque, de fato, me preparei para isso, ouvi as pessoas, mas não há motivo nenhum, me parece, para avançarmos em uma discussão se o próprio Comandante-Geral ainda não leu, segundo ele. Não responde.

Estão aqui todas as minhas anotações, artigo por artigo, mas o que mais me preocupa, lembrando aqui a todos os senhores, e eu fico extremamente preocupado com isso, porque, ainda mais em uma carreira policial, militar, há algumas expectativas, algumas imagens que você espera do comando, até como forma de ele refletir a seriedade da sua instituição, as pessoas que estão à frente, ter uma postura que combata de fato o crime, uma pessoa proba.

Eu fiquei extremamente preocupado com as falas do Vereador Fernando. E por que digo isso? Porque eu sou o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa. Cabe a mim fiscalizar toda e qualquer secretaria, todo e qualquer servidor público, todo e qualquer contrato da administração.

Isso é uma atribuição que o povo me deu e os meus colegas, Deputado Eyder, todo mundo me colocou como Presidente. Veja, eu não posso ficar omissa ao ver o que foi dito e não tomaram as providências.

Bom, de fato, eu pedi para ele, estou aqui com a ocorrência e eu vou ler: "A comunicante se encontra com dois hematomas na perna e um no braço."

(Às 18 horas e 16 minutos o Senhor Pedro Fernandes passa a presidência ao Senhor Eyder Brasil)

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Espera aí, Deputado Camargo, você está extrapolando aquilo que já foi falado. Não é o motivo dessa audiência, o senhor está perdendo totalmente sua razão. Vou fazer minhas as palavras do Deputado Pedro. Esta Casa, os 23 deputados, se solidarizaram com o senhor com a postura do Comandante-Geral da Polícia, acerca da forma como foi feito o vídeo.

Nós tínhamos uma audiência já programada para tratar sobre a LOB e a Lei de Promoções e o senhor requereu a presença do Comandante-Geral para tratarmos sobre isso. E aqui nós estamos. Se o senhor for caminhar para esse lado, infelizmente eu vou ter que cortar a sua fala, infelizmente. Nós estamos aqui, mais uma vez, repito.

O SR. DELEGADO CAMARGO – O senhor não é dono da Assembleia e não pode cortar a minha palavra.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Eu sou o Presidente dessa audiência. Eu sou o Presidente dessa Audiência Pública, no momento, e eu estou lhe falando que, como Presidente, eu posso cortar a sua fala.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não pode. Está bom, faça isso então.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Nós estamos aqui, pessoal, aqueles que nos assistem, a Audiência Pública tem um objeto, que é tratar sobre a LOB, a Lei de Organização Básica e a Lei de Promoções, a gente não está aqui para tratar sobre a vida particular de A ou de B.

O Presidente da Comissão de Fiscalização deve fiscalizar os atos do administrativo, o controle dos atos do Poder Executivo; não a vida pessoal de qualquer servidor público que seja.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Isso aqui é agressão de mulher, deputado! Tu vais concordar? Denúncia de agressão a mulher, é gravíssimo isso aqui!

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Concordo. Concordo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – É gravíssimo isso aqui.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Apresente ao Ministério Público. Apresente ao Ministério Público.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Vou fazer. Então posso dar os encaminhamentos?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Mas, aqui não é. Aqui não é.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Posso dar os encaminhamentos? Posso dar os encaminhamentos?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Aqui não é, Deputado Camargo. Se for caminhar por esse caminho.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Vou finalizar.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Um instante. Se for continuar por essa fala, e eu vou finalizar a sua fala.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Está bom, vou finalizar.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Estou sendo muito justo e muito honesto com o senhor.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Vou finalizar.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – A Audiência Pública é para tratar sobre a LOB e a Lei de Promoções.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Vou finalizar.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Tem aqui denúncias de que deputados deram entrada na Unimed por overdose. Nós não vamos tratar sobre isso aqui. Nós vamos tratar sobre a LOB e sobre Lei de Promoções.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Vou finalizar.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Aqui não é para tratar da vida pública.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Qual foi a denúncia que o senhor falou?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Nós tivemos aqui denúncias de que deputados deram entrada nos hospitais por overdose.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Quem, deputado?

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Deputados. Houve denúncias. Foi publicado na mídia. Só que aqui não é lugar de tratar sobre isso. Aqui não é lugar de tratar sobre isso. Se o senhor for caminhar por esse lado pessoal, mais uma vez eu repito, e com muita tranquilidade, eu vou cortar a sua fala da mesma forma que foi tratado o Vereador Fernando Silva.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Está bem. Deixa-me finalizar. **(manifestações da galeria)**

Só um pouquinho. Deixa-me finalizar. Povo de Rondônia que nos assiste, eu tenho plena... Eu tenho plena... Já licença. **(manifestações da galeria)**

Senhores, eu tenho plena consciência de tudo aquilo que estou dizendo. Eu tenho plena consciência.

Eu gostaria de dar alguns encaminhamentos, então, Deputado Eyder. Apenas registrando que eu discordo da sua fala. Eu sou um defensor da verdade, das mulheres, e vou fazer os encaminhamentos do tocante a isso para a Comissão das Mulheres desta Casa, para a Corregedoria da Polícia Militar, para a Rede Lilás, para o Ministério Público da Mulher, para que apure e verifique, porque, de fato, está escrito. De fato, isso aqui existiu, está escrito aqui. Ok.

Segunda parte que é importante nós deixarmos muito claro aqui. Agora eu quero me dirigir ao senhor Governador e à senhora Primeira-Dama. Essa é a imagem de um Comandante que a Senhora Primeira-Dama Luana Rocha quer? Em que houve esse tipo de situação? Governador, é essa cara da Polícia Militar que o Senhor quer no Estado de Rondônia?

Está aqui. Eu, pessoalmente, irei encaminhar para o senhor, Governador, também esse fato. Talvez o senhor o desconheça, mas eu espero que o senhor tome uma atitude, ou caso contrário. **(manifestações da galeria)** Não. Só um pouquinho.

Caso contrário, eu gostaria de pedir ao Coronel Regis Braguin que ele tivesse a humildade, a decência de preservar o seu governador dessa situação, e o senhor mesmo pedisse a exoneração do cargo. Tome essa atitude, porque isso vai demonstrar uma verdadeira humildade e vai deixar de expor o seu governador. Eu vou encerrar por aqui, porque não tenho como discutir com quem não leu; então, em uma outra oportunidade, a gente continua.

Muito obrigado, Deputado Eyder.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Para encerrar o período das falas, eu quero também me manifestar, como Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa de Leis, acerca da minuta que foi tratada dentro do Comando-Geral e foi apresentada, conforme vídeo já apresentado aqui, nesta Casa de Leis, nessa Audiência Pública.

Dizer que, como legislador que sou, como praça que fui por 21 anos, entrei no Exército Brasileiro aos 19 anos, como soldado recruta. Galguei os cargos que eu ocupei, a aprovação no concurso de cabo, a conclusão no curso de cabo; exerci a função de cabo, engajado. Passei no concurso de sargento das armas, concluí o curso. Servi em Humaitá, em Manaus, em Porto Velho, e, quando chegou, bateu um teto, onde aquilo que eu entendia, aquilo que eu conhecia, aquilo que eu já tinha adquirido ao longo da minha vida, como o meu curso de Administração, a minha Pós-Graduação em Administração Pública Orçamentária, chegou num teto, eu decidi, em acordo com a minha família, entrar na vida pública. E assim eu fiz.

Então, não acredito que, de uma forma unilateral, apenas trazendo oficiais para tratar acerca da carreira dos praças é a forma ideal de se fazer. Não concordo. Então, quando nós tivemos conhecimento com o Valdinei, que esteve no nosso gabinete, nessa semana. O Valdinei está aqui, esteve no nosso gabinete através do Vicente; então, que já tinha sido chefe de gabinete da minha amiga Sofia Andrade. Nós recebemos o Valdinei e, de pronto, já identificamos que não, que não era o certo a se fazer, e que eu ia vir participar dessa audiência para dar a minha contribuição como parlamentar eleito pelo povo que fui e como Presidente da Comissão de Segurança.

Na terça-feira, pela manhã, recebo nas nossas redes sociais, no nosso grupo de WhatsApp, o vídeo do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, daquela forma como foi visto por todos e de forma muito maciça. E ali já, mesmo na antessala do Chefe da Casa Civil Elias Rezende, eu participei da Sessão on-line e já manifestava o meu pensamento contrário àquilo que estava acontecendo.

De forma alguma, e vocês podem pesquisar isso no meu primeiro mandato e nesse mandato mais curto, eu fui um deputado que decidi jogar para a galera. De forma alguma eu me aproveitei do sofrimento e da dor de outras pessoas para conquistar algum tipo de capital político. E isso não vai acontecer hoje, isso não vai acontecer nunca, porque eu sei o que é criar expectativa na cabeça das pessoas e as coisas não acontecerem.

Então, aqui, eu quero manifestar aqui, ao lado do Coronel Braguin, ao lado do Deputado Delegado Camargo, mais uma vez, a minha manifestação contrária à forma como foi feito o vídeo do Coronel Comandante-Geral, pelo Parlamento, por conta do Parlamento. Eu acredito que este Poder Legislativo é um dos poderes mais importantes da sociedade, qualquer que seja ela. Em Rondônia, nós temos os 24 deputados, homens e

mulheres, a missão de representar todos os rondonienses, todos os quase 2 milhões de rondonienses. Imagina eu, que sou oriundo do Exército Brasileiro, não poder trabalhar, não poder me debruçar sobre, acerca da pauta dos militares da Polícia Militar. Imagina eu, como militar do Exército Brasileiro, não poder trabalhar, não poder contribuir na pauta dos servidores da Emater, da Idaron, da Seagri, da Sesau.

Então, desta forma, e aqui o Coronel Braguin já explicou qual era a intenção dele na manifestação daquele vídeo, mas de forma alguma - de forma alguma, como eu falei durante a sessão na terça-feira -, a gente pode permitir quem quer que seja, quem quer que seja, se levante contra as prerrogativas levantadas desses 24 homens e mulheres, levantados por Deus e pelo povo rondoniense, de representar o seu povo. O Deputado Delegado Camargo e todos os demais 23 deputados, nós temos a autoridade constitucional de representar todas as categorias, todos os segmentos, todas as demandas em nível estadual.

E percebe-se aqui que já passaram por esse microfone alguns que vieram apenas para "surfar na onda", surfar na dor de vocês. Olhem para cá e vejam se algumas pessoas que usaram a tribuna estão aqui ainda até agora, até o final. Vieram, fizeram uso da fala e foram embora. Será se realmente estão preocupados com vocês? Será que realmente estão preocupados com a categoria de vocês?

Eu lembro que em 2019 eu — fui, lutei, não — defendi a lei federal, o Jesuino está de prova, sobre a questão do percentual de desconto da previdência. Mas fui o mesmo deputado que briguei com o Governo do Estado, porque na aposentadoria a lei falava em oito soldos e eles só queriam pagar dois. Eu falei: "Não, não podemos usar dois pesos e duas medidas". Eu fui o deputado que lá em 2022 consegui a aprovação da compensação orgânica para os militares aerotripulantes, que hoje recebem ainda essa compensação. Então, é história.

Infelizmente, no ano passado, eu não estava aqui acerca desse projeto que hoje é conhecido como a "Lei da Manga". Infelizmente eu não estava. Ok, faz parte, mas hoje, aqui neste Parlamento, a gente tem que buscar, acima de tudo, a seriedade, a responsabilidade e o respeito acima de tudo. De forma alguma, eu queria aqui já pedir desculpas se eu fui mal interpretado.

Eu sou um deputado liberal no sentido de cada um poder usar os seus direitos. O que nós não podemos é bagunçar e impedir qualquer um que seja, que fosse o Deputado Camargo, que fosse o Jesuino, que fosse o Coronel, que fosse o deputado, qualquer um que seja. Então, eu tentei me tornar aqui o mais imparcial possível para que não pendesse nem para um lado nem para o outro.

Eu tenho as minhas convicções, estou falando delas

aqui. Não concordo com o vídeo do Coronel Braguin. Nós somos deputados, eleitos pelo povo, temos o direito, sim, de legislar em qualquer área que seja. O Coronel Braguin, ou qualquer outra pessoa que não for deputado, não tem direito, nem capacidade, nem autoridade de acabar ou não ser realizada uma audiência pública. Isso não existe. Nós somos os representantes do povo.

Então, eu tentei aqui me manter o mais imparcial possível, porque eu não quero jamais brincar com a vida de cada um de vocês. Nós estamos falando aqui de carreira, nós estamos falando aqui das nossas famílias, nós estamos falando aqui dos nossos filhos, do futuro dos nossos filhos.

Então, dessa forma, eu já quero, para encaminhar, assim como o Deputado Pedro falou, que a Comissão de Segurança Pública desta Casa, da qual eu sou Presidente, possa estar presente nessas negociações. Podemos convocar as associações para trabalharmos em parceria, porque ninguém melhor do que qualquer um dos 24 deputados para representar vocês. Então, como Presidente da Comissão de Segurança Pública, como militar que eu sou, como praça que eu sou do Exército Brasileiro, eu me coloco à disposição.

Jamais, jamais, fugi de qualquer embate. Não sou fujão. Não sou covarde, mas busco sempre tratar os outros com respeito que eu gostaria de ser tratado.

Dessa forma, quero deixar aberto aqui, Jesuino, Valdinei, Ramalho, que está aqui até agora, e a todos os demais Presidentes de Associações, que usem a Comissão de Segurança. Que usem.

Infelizmente, a Comissão de Segurança está há meses sem se reunir por falta de quórum, porque os deputados não estão vindo para cumprir o seu papel regimental, que é participar das Comissões.

Mas, como portovelhense que sou, a Comissão de Segurança é uma das primeiras, começa às 8h30. Eu sempre estou aqui, e vocês podem buscar as Atas Declaratórias que eu registrei. Por falta de quórum, nós não nos reunimos.

Mas, estou aqui à disposição para que a gente possa, ombro a ombro, de mãos dadas, realmente chegar ao Comando da Polícia Militar e fazer com que os nossos direitos sejam ouvidos, que as nossas demandas sejam acolhidas e, assim, sem politicagem alguma, possamos construir um futuro melhor para todos nós.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam essa Audiência Pública. Desejo uma excelente noite a todos. Está encerrada.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 30 minutos)

ADVOCACIA-GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2025

Processo Administrativo nº 100.029.000213/2025-24

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Contratado: ZOEWEB PLAY LTDA

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de LICENÇA DE USO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONTENDO PLATAFORMA WEB APLICATIVOS PARA SMARTPHONES (IOS e ANDROID) E PARA TV, para transmissão de conteúdos educacionais ao vivo e sob demanda, além de comunicação institucional com a comunidade escolar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital da Licitação, Proposta do Contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

PREÇO: O valor total da contratação é de R\$ 2.244.920,00 (Dois milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte reais).

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Assembleia Legislativa de Rondônia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Ação: 2405 POTENCIALIZAR A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- Natureza da Despesa: 33.90.40.02 LOCAÇÃO DE SOWTWARE DE TIC
- Fonte de Recurso: 1.500.0.00001
- Valor: 179.840,00 (Cento e Setenta e Nove Mil Oitocentos e Quarenta Reais)
- Nota de empenho: 2025NE001703

- Ação: 2405 POTENCIALIZAR A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- Natureza da Despesa: 33.90.40.09 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC
- Fonte de Recurso: 1.500.0.00001
- Valor: 43.420,00 (Quarenta e Três Mil Quatrocentos e Vinte Reais)
- Nota de empenho: 2025NE001704

- Ação: 2405 POTENCIALIZAR A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- Natureza da Despesa: 33.90.40.09 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC
- Fonte de Recurso: 1.500.0.00001
- Valor: 43.420,00 (Quarenta e Três Mil Quatrocentos e Vinte Reais).
- Nota de empenho: 2025NE001705

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

FORO: As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Para firmeza e como prova do acordado, foi lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes contratantes, em duas vias e registrado às fls 54, do Livro de Registro de Contratos do ano de 2025, da Advocacia Geral/ALE-RO.

Porto Velho/RO, 22 de dezembro de 2025.

ROGERIO GAGO DA SILVA:
53120906204 P
ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO
Representante legal do CONTRATANTE

SAMUEL VICTOY DIONISIO DA SILVA:
93646895187
SAMUEL VICTOY DIONISIO DA SILVA
Sócio-Administrador
Representante legal do CONTRATADO

Assinado digitalmente por ROGERIO GAGO DA SILVA:53120906204
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Múltipla v5, OU=29056741000176,
OU=Presencial, OU=Certificado PF A3,
CN=ROGERIO GAGO DA SILVA:53120906204
Razão: Eu revisei este documento
Localização:
Data: 2025-12-22 12:09:22
Foxit Reader Versão: 9.4.1

Assinado de forma digital por SAMUEL VICTOY DIONISIO DA SILVA:93646895187
Dados: 2025.12.22 12:38:37 -03'00'

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO Nº 104 SG-SPO/2025

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, *caput* e do art. 8º, da Lei n.º 5.982, de 29 de janeiro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

(x) Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7º, §1º) () Remanejamento de Dotações (LOA art. 8º, I) () Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8º, II)

PROGRAMAÇÃO:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	33.90.49	1500	R\$ 11.000,00
TOTAL				R\$ 11.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	33.90.93	1500	R\$ 11.000,00
TOTAL				R\$ 11.000,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2025

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário Geral

6420

ATO Nº 105 SG-SPO/2025

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, *caput* e do art. 8º, da Lei n.º 5.982, de 29 de janeiro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

() Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7º, §1º) () Remanejamento de Dotações (LOA art. 8º, I) (X) Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8º, II)

PROGRAMAÇÃO:

RESUMÃO:					
Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor	
AJUSTE NEGATIVO					
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.90.94	1500	R\$	84.000,00
				R\$	243.000,00
		TOTAL		R\$	327.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor	
AJUSTE POSITIVO					
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.91.96	1500	R\$	84.000,00
		31.90.11	1500	R\$	243.000,00
		TOTAL		R\$	327.000,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2025

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário Geral



ATO Nº 108 SG-SPO/2025

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, *caput* e do art. 8º, da Lei n.º 5.982, de 29 de janeiro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

() Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7º, §1º) () Remanejamento de Dotações (LOA art. 8º, I) (X) Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8º, II)

PROGRAMAÇÃO:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.01.922.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.90.13	1500	R\$ 686.000,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.90.13	1500	R\$ 129,95
TOTAL				R\$ 105.000,00
TOTAL				R\$ 630.432,76
Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.91.96	1500	R\$ 105.000,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.90.96	1500	R\$ 76.267,08
TOTAL				R\$ 565.066,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

TOTAL R\$ 630.432,76
Porto Velho, 23 de dezembro de 2025

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 26 de dezembro de 2025

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário Geral

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº 107 SG-SPO/2025

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, *caput* e do art. 8º, da Lei n.º 5.982, de 29 de janeiro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

() Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7º, §1º) () Remanejamento de Dotações (LOA art. 8º, I) (X) Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8º, II)

PROGRAMAÇÃO:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.01.031.2126.2417	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	31.90.11	1500	R\$ 630.302,81
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.90.13	1500	R\$ 129,95
TOTAL			R\$	630.432,76

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.90.96	1500	R\$ 76.267,08
		31.91.96	1500	R\$ 554.165,68
		TOTAL		R\$ 630.432,76

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 26 de dezembro de 2025

ROGÉRIO GAGO DA SILVA

Secretário Geral



ATO Nº 108 SG-SPO/2025

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, caput e do art. 8º, da Lei n.º 5.982, de 29 de janeiro de 2025 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

() Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7º, §1º) () Remanejamento de Dotações (LOA art. 8º, I) (X) Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8º, II)

PROGRAMAÇÃO:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.01.122.1006.1379	REALIZAR CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO FUNCIONAL	33.90.39	1500	R\$ 1.439.600,00
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	33.90.14	1500	R\$ 7.900,00
		33.90.30	1500	R\$ 680.060,74
		33.90.31	1500	R\$ 70.000,00
		33.90.32	1500	R\$ 290.082,42
		33.90.33	1500	R\$ 168.978,98
		33.90.37	1500	R\$ 131.770,45
		33.90.39	1500	R\$ 53.303,13
		33.90.47	1500	R\$ 9.240,84
		33.91.47	1500	R\$ 12.886,45
		33.90.14	1500	R\$ 269.900,00
01.001.01.128.1006.2253	PROMOVER A CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	33.90.33	1500	R\$ 120.000,00
		33.90.39	1500	R\$ 188.760,00
		33.90.40	1500	R\$ 750.599,41
01.001.01.126.1006.2405	POTENCIALIZAR A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	44.90.40	1500	R\$ 2.627.893,63
		33.90.39	1500	R\$ 633.356,62
01.001.01.128.1006.2408	DESENVOLVER OS PROGRAMAS BOLSA ESTÁGIO E JOVEM APRENDIZ	33.90.14	1500	R\$ 729.350,00
		33.90.30	1500	R\$ 70.040,00
01.001.01.031.2126.2409	PROMOVER A ATIVIDADE LEGISLATIVA E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	33.90.31	1500	R\$ 59.134,50
		33.90.93	1500	R\$ 191.710,04
		33.90.14	1500	R\$ 155.500,00
		33.90.39	1500	R\$ 1.528.819,76
		31.90.13	1500	R\$ 532.577,08
		31.90.92	1500	R\$ 33.334,00
		33.90.08	1500	R\$ 2.231,52
		33.90.46	1500	R\$ 2.000,00
		33.90.49	1500	R\$ 3.000,00
		33.90.93	1500	R\$ 952.301,01
01.001.01.031.2126.2417	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	33.90.93	1501	R\$ 446.860,87
		33.90.93	1501	R\$ 3.145.282,03
		33.90.93	1899	R\$ 1.710.308,63
		31.90.07	1500	R\$ 2.972,49
		31.90.13	1500	R\$ 66.496,65
		31.91.13	1500	R\$ 88.535,58
		31.91.92	1500	R\$ 3.638,00
		31.91.94	1500	R\$ 5.318,83
		33.90.46	1500	R\$ 37.929,64
		33.90.49	1500	R\$ 43.337,36
01.001.01.031.2126.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	33.90.92	1500	R\$ 2.956,07
		33.90.93	1501	R\$ 3.465.367,62
		33.90.93	1501	R\$ 1.514.632,38
		33.90.31	1500	R\$ 10.000,00
		33.90.33	1500	R\$ 24.000,00
		33.90.39	1500	R\$ 132.177,25
		TOTAL		R\$ 22.414.143,98

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.90.94	1500	R\$ 12.161.191,45
		31.90.94	1501	R\$ 8.572.142,90
		31.90.94	1899	R\$ 1.680.809,63
		TOTAL		R\$ 22.414.143,98

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 26 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário Geral